

Anabela Madanços Da Silva

**A participação das crianças/jovens nos
centros de Acolhimento Residencial**

— MESTRADO EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Novembro

20**19**

Anabela Madanços Da Silva

A participação das crianças/jovens nos centros de Acolhimento Residencial

Projeto submetido como requisito parcial para
obtenção do grau de
MESTRE

Orientação
Prof. Doutor Paulo Delgado

— MESTRADO EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

AGRADECIMENTOS

Chega ao fim mais um capítulo da vida escolar, o qual foi um processo muito complicado e que envolveu muitas pessoas para a sua realização.

Em primeiro lugar tenho que agradecer ao meu companheiro Miguel Vieira, pela paciência e ajuda na construção deste trabalho, pois sei que não foi fácil, mas sem o seu envolvimento não teria concluído esta missão.

Tenho ainda que agradecer aos meus familiares por me terem ajudado a ter mais tempo para a evolução deste trabalho e pela confiança que depositaram em mim.

Um grande obrigado a todas as pessoas da instituição que se disponibilizaram para ajudar, porque sem as suas impressões não seria possível ter chegado até aqui.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao meu Orientador Professor Doutor Paulo Delgado, que me incentivou sempre a andar para frente e confiou muito no meu trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar e refletir sobre a participação que as crianças têm num centro de acolhimento.

Na revisão teórica, procura-se definir conceito de participação, as fases a ele associadas e os seus princípios. Ressalva-se ainda a importância da participação da criança, para assegurar o seu desenvolvimento integral. Nesse seguimento, faz-se uma breve abordagem à promoção e proteção das crianças, ao sistema de acolhimento residencial e à participação neste contexto específico.

A investigação empírica foi realizada num centro de acolhimento, onde se procuraram determinar as perceções dos elementos da equipa técnica, da equipa educativa e das crianças.

A partir dos resultados da investigação, constrói-se uma linha orientadora para elaborar um plano de ação para o centro de acolhimento em causa, definindo-se um conjunto de atividades para promover a participação das crianças no centro de acolhimento.

Em suma, a realização deste trabalho procura assinalar e promover a participação nas instituições sociais, pois só desta forma é que possível melhorar o funcionamento da instituição e o desenvolvimento social e pessoal das crianças.

PALAVRAS-CHAVE:

Participação; Desenvolvimento; Empoderamento; Responsabilidade.

ABSTRACT

This work aims to identify and reflect on the participation that children have in a care center.

In the theoretical review, we seek to define the concept of participation, the phases associated with it and its principles. The importance of children's participation is also stressed to ensure their integral development. Following this, a brief approach is given to the promotion and protection of children, the residential care system and participation in this specific context.

The empirical research was carried out in a care center, where the aim was to determine the perceptions of the staff, the educational team and the children.

From the results of the research, a guideline is built to draw up an action plan for the host center concerned, defining a set of activities to promote the participation of children in the care center.

In short, this work seeks to signal and promote participation in social institutions. Only in this way is it possible to improve the functioning of the institution and the social and personal development of children.

KEYWORDS: Participation; Development; Empowerment; Responsibility

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	1
LISTA DE GRÁFICOS	2
LISTA DE TABELAS	2
LISTA DE QUADROS	2
INTRODUÇÃO	3
1. CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	6
1.1 Participação	6
1.2 A Importância da Participação da Criança	14
1.3 Sistema de Promoção e Proteção das Crianças e jovens	17
1.4 Acolhimento Residencial e a participação	21
1.5 Reflexão pessoal	26
2. CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO	27
Problema e Objetivos	27
2.1 Problema e sua justificação	27
2.2 Objetivos	29
2.3 Metodologia	30
Pesquisa qualitativa/quantitativa	30
2.4 Local de estudo e participantes	31
2.4.1 Local de estudo	31
2.4.2 Participantes nos Grupos Focais e nas entrevistas	35
2.5 Técnicas de recolha de dados a utilizar	38
2.6 Técnicas de tratamento de dados a utilizar	41

3. CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	42
3.1 Entrevistas com a Equipa Técnica e a Equipa Educativa e outros colaboradores com funções auxiliares	42
3.2 Grupo de Discussão com as crianças acolhidas	50
4. PLANO DE AÇÃO	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICES	60
A. Grupo Focal- Participação	60
B. Guião de Entrevista à equipa Técnica e Educativa	61
C. Transcrição do Grupo de Discussão	63
D. Transcrição de Entrevistas	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

OP - Orçamento Participativo

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

SPPCJ - Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade das Crianças.....	36
Gráfico 2 - Escolaridade das Crianças.....	36
Gráfico 3 - Estadia das Crianças.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Funções e Anos de casa da Equipa Técnica.....	38
Tabela 2 - Funções e Anos de casa da Equipa Educativa.....	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Plano de Ação.....	56
Quadro 2 - Guião de Entrevista à Equipa Técnica e Educativa.....	63

INTRODUÇÃO

A participação é um assunto que já é estudado há alguns anos tal como verifiquei durante a minha pesquisa teórica (Bordenave 1994). Considera-se que é um tema genericamente conhecido, mas com pouca informação recente, o que obrigou a recorrer a pesquisas em literatura Inglesa, entre outras.

Efetivamente, quando falamos acerca desta temática nas instituições, muitas delas sabem o que ela significa, mas acabam por ter dificuldade em definir as condições em que esta pode ocorrer.

Após algumas leituras e devido à minha prática profissional, deparei que é um conceito de elevada importância, mas que acaba por não ser exercido e ainda coloca dúvidas.

Este projeto está direcionado para perceber como se deve promover a participação das crianças/jovens na tomada de decisão numa casa de acolhimento residencial. A sua finalidade é perceber se a participação está presente e se a mesma é praticada.

Os objetivos são pontos que orientam a investigação. Os objetivos gerais, segundo Espinoza (1986, citado por Serrano, 2008), são “aqueles propósitos mais amplos que definem o quadro de referência do projeto” (p.45). Os objetivos gerais deste estudo são os seguintes:

- Identificar contextos participativos das crianças/jovens na vida diária de uma casa de acolhimento;
- Recolher a opinião dos membros das equipas da instituição sobre os processos participativos;
- Dar voz às crianças/jovens e identificar o seu ponto de vista no que diz respeito ao seu envolvimento nos processos participativos existentes.

Os objetivos específicos, “são mais concretos do que os objetivos gerais e identificam de forma mais precisa aquilo que se pretende alcançar com a execução do projeto” (segundo Serrano, 2008, p.46). Este estudo tem seis objetivos específicos:

- Identificar os processos de participação das crianças/jovens na vida diária de uma casa Residencial;
- Determinar a percepção que a equipa técnica e a equipa educativa têm sobre essa participação;
- Perceber a opinião das crianças/jovens acerca da participação;
- Procurar determinar as decisões que devem ser da competência das crianças/jovens;
- Potenciar o fortalecimento das relações positivas e afetivas entre as crianças/jovens e as equipas (técnica e educativa);
- Promover a participação das crianças/jovens no quotidiano da instituição.

O presente trabalho divide-se em quatro capítulos.

No que concerne à revisão literária, esta é analisada no primeiro capítulo, o qual se divide em quatro subcapítulos.

Neste primeiro subcapítulo, o tema geral é a participação, os passos que devemos cumprir para conseguir exercê-la de uma forma adequada, e a descrição das várias fases que caracterizam a participação.

Este tema procura evitar a exclusão social. Deste modo, torna-se essencial falar nas estratégias para a podermos utilizar da melhor forma e retirar o maior proveito da mesma. Não esquecendo que a sua utilização tem algumas condicionantes, que identifiquei na fase seguinte. Abordei a importância da participação das crianças/jovens na qual demonstro o quanto é importante dar voz às crianças/jovens.

Já o terceiro subcapítulo está direcionado para o sistema de promoção e proteção das crianças/jovens, através da análise das várias leis de proteção de crianças e jovens e nas suas várias alterações.

Por fim, abordei o papel do estado e da finalidade do sistema de proteção social.

No que diz respeito ao último subcapítulo foca-se no acolhimento residencial e na participação.

No segundo capítulo da presente dissertação, são descritas as opções de metodologia e técnicas de recolha de dados. Ao nível da metodologia, a opção foi seguir o paradigma sociocrítico, pelo que se trata de uma metodologia mais qualitativa.

Espinoza (1986 citado por Serrano, 2008) defende que a metodologia é importante porque um “método é o caminho que se escolhe para obtenção de um fim” (p.47).

O terceiro capítulo da dissertação tem como objetivo apresentar todos os dados retirados de modo a analisar e a interpretar criticamente a informação.

Finalmente surge o capítulo quarto, um plano de ação que se baseia na utilização e reflexão de todos os capítulos anteriores.

1.CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

1.1 PARTICIPAÇÃO

A participação, apesar de ser um tema muito estudado, ainda coloca inúmeras dificuldades no que se refere à sua concretização (Bordenave, 1994).

Bordenave (1994), traz-nos a origem da palavra participação, em que menciona três vocábulos, que agrupou a este conceito: “Fazer parte, Tomar parte, ter parte.” (p.22).

São vários os autores que procuraram definir o conceito de participação. Gento (1994, p.11), por exemplo, refere uma “intervenção de indivíduos ou grupos de pessoas na discussão e na tomada de decisões que os afetam para a consecução de objectivos comuns, partilhando para tal método de trabalhos específicos”. Tomás (2007, citado por Rios, 2014) menciona que a participação se associa aos procedimentos de deliberação nas diversas faixas etárias.

Piskur et al (2013), consideram a participação social como um indicador de saúde, bem-estar e comportamentos sociais positivos. A participação social é vista como uma condição importante para o desenvolvimento das crianças, as crianças adquirem conhecimento e desenvolvem habilidades sociais ao interagir com outras pessoas.” Piskur et al (2013), (p.18-21).

Para Delgado (2006) a participação traduz-se na “possibilidade de tomar parte, voluntária e responsabilmente, nos processos de decisão em que estamos envolvidos e que pretendemos influenciar ou para os quais pretendemos contribuir de algum modo” (p.37).

Posto isto, a participação deve ser olhada como uma forma essencial para o desenvolvimento de todos os seres humanos em que os mesmos conseguem desenvolver as várias habilidades e os seus conhecimentos através da participação com várias pessoas, ou seja, a interação (Piskur et al, 2013).

Lima (2016), por sua vez, alerta para a importância de se desenvolver um trabalho cooperativo com várias entidades envolvidas no processo, para se assegurar uma melhor rentabilização dos recursos. O mesmo autor menciona que não devemos olhar para a participação como uma obrigação, pois esta é um ato que deve ser realizado de forma voluntária, tendo como função primordial um “caráter educativo” (p.16).

Delgado (2006), procura caracterizar a participação e como ela deve ser regida em quatro fases distintas: “fazer saber” em que demonstra que a participação é um processo “indissociável da responsabilidade” (p.37); o segundo “comunicar e informar” (p.38) existindo meios, locais e processos destinados a este fim; em terceiro “fazer parte integrante, associar-se, acompanhar;” (p.38) criando responsabilidade social e sentido de pertença a um contexto; por último, a “natureza ou qualidades comuns” (p.38) onde se procura a criação de estatuto de cidadão e a democracia em seu redor.

Por outro lado, Bordenave (1994) revela que a participação se constrói a partir de duas bases: a primeira que denomina de base afetiva, ligada ao facto de gostarmos de participar ou de fazer algo. A segunda é a base instrumental, uma vez que facilita a resolução de alguns problemas se existir um grupo.

Sendo a participação um elemento importante para o desenvolvimento, Warren (2007) menciona que é preciso que as instituições façam mudanças para que a equipa educativa e técnica esteja disposta a ouvir as pessoas de uma forma aberta de modo também a responder de uma forma mais direta as necessidades de cada pessoa.

Desta forma, temos que mudar as maneiras de trabalhar da equipa multidisciplinar uma vez que isto é “mais do que apenas enviar pessoas em cursos de formação. Trata-se de gerenciar um processo de mudança através de uma organização, que pode enfrentar resistência, pessoal e organizacional”

(Kirby et al., 2003a, p57 citado por Warren, 2007, p.58).

Passos (2011) demonstra que a participação passa por quatro fases sequenciais:

1. Fase preparatória: nesta etapa verificamos a importância da comunicação, de comunicar entre todos para chegar a um acordo benéfico face à questão e toda a sua problemática. Criam-se assim modos e alíneas para a melhor rentabilização de recursos e focalização de todos os envolventes.
2. Fase negocial: ocorre através da comunicação. Procuramos aqui aumentar os ganhos das duas partes, tendo sempre em conta os direitos de todos os envolvidos.
3. Fase pós-negocial: consiste na formalização “dos acordos (informalmente) construídos, com a sugestão das formas identificadas como efetivas para o acompanhamento do acordo, sempre com o foco no relacionamento de longo prazo.” (p.165);
4. Fase de implementação: etapa onde se chega a um acordo final, se dita as metas a atingir e delibera as tarefas de cada um.

Estas quatro etapas são necessárias para se obter uma participação ativa para todos os elementos.

Bordenave (1994) entende que a participação é uma necessidade involuntária sendo esta uma questão do quotidiano e particularmente importante, uma vez que existe um “descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos” (p.12).

O mesmo autor menciona que a participação nos ajuda no desenvolvimento do pensamento crítico dos indivíduos, promove a integração na sociedade, que os indivíduos estejam com um maior contentamento “pessoal e íntimo”, faz com que as pessoas consigam resolver questões de uma maneira mais fácil e coerente e que abandonemos um pensamento ditatorial (p.14-16).

Lima (2016) alerta que a participação permite que a tomada de decisão não fique apenas nas mãos de uma entidade democrática superior, atendendo-se deste modo às necessidades da população.

Sendo esta “uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar”, logo tem que aprender a participar (Bordenave,1994, p.46). A primeira forma de aprender são as “instituições sociais” (p.48), uma vez que têm grande influência no indivíduo; a segunda é a ligação que existe entre os indivíduos, pois aqui as pessoas participam de uma forma mais acentuada tendo em conta que lutam para um objetivo de interesse pessoal; a terceira é aprender a respeitar e lidar com as diferenças de cada indivíduo, pois são estas diferenças que vão trazer riqueza ao grupo; a quarta é a forma de como o controlo vai influenciar todo o processo; o quinto remete para a importância do conhecimento mútuo, dentro da comunidade; relativamente ao sexto, procura a educação das pessoas no sentido de reconhecerem que uma recompensa tardia, por vezes, é a melhor para o bem comum do grupo; em sétimo o diálogo entre as pessoas, procurando o indivíduo colocar-se na posição do outro; como oitavo, surge a comunicação no coletivo, onde cada um se coloca no lugar do outro, para poderem todos participar da mesma forma; o nono remete para o facto de haver indivíduos que por capacidade ou interesse, se tornam mais competentes, ganhando assim poder sobre aqueles que não são tão aptos para tal, mas que precisam igualmente de participar para existir igualdade; por fim, o autor alerta que em grupos maiores certas pessoas são esquecidas face às outras que têm mais prepotência para participar, sendo esta uma situação recorrente (Bordenave,1994).

Tomás e Fernandes (2013) revelam a importância de educar os jovens e a sociedade para a participação, uma vez que assim, vamos conseguir criar “transformação nas estruturas de poder, na forma como se apresentam as relações e os papéis dos adultos na relação com a infância” (p.214).

São variados os locais onde podemos participar e onde nos pedem para participar. Segundo Bordenave (1994), o facto de sermos constantemente chamados a participar nas rádios, uma vez que se pede às pessoas para dar a sua opinião num dado tema ou então escolher uma música; os partidos políticos procuram apelar à população que participe e que vote; trata-se de

uma forma inclusiva de participação para, por exemplo, pessoas com mais idade ou que não sejam proficientes com novas tecnologias.

Por conseguinte, devemos procurar participar em todos os locais, seja com familiares, no local de trabalho, etc.

Tomás e Fernandes (2013) alertam para a importância de criar mais espaços onde as pessoas possam participar de uma forma voluntária, reflexiva e ativa.

Rios (2014) refere que também devemos deixar as crianças e jovens participarem no plano de atividade das instituições, na organização das atividades da sala de aula, na escolha do processo de avaliação e de decisão.

Posto tudo isto, torna-se importante dar ênfase à participação pelo facto de tentar evitar a exclusão social dos indivíduos. Bordenave (1994) menciona que a “«marginalidade» de alguns grupos não é, de maneira alguma, consequência de «atrasos», mas resultado lógico e natural do desenvolvimento modernizador numa sociedade onde o acesso dos beneficiados está desigualmente repartido” (p.19).

Existem algumas estratégias e condicionantes que podem ajudar a melhorar todo este processo. Uma das estratégias mais importantes será a comunicação. Bordenave (1994) alerta que “sem comunicação não pode existir a participação” (p.88).

Outra estratégia mencionada por Passos (2011) é o processo de negociação através da qual podemos chegar a um acordo comum e que agrade a todos os intervenientes, isto é “um método menos formal e mais prático para se alcançar o consenso em temas que necessitem ser articulados” (p.157).

Em contrapartida, Delgado (2006) mostra que este processo de negociação é importante se tivermos em mente que deve ser realizado com as diversas faixas etárias existentes e essencialmente se forem de idades distintas como por exemplo entre uma criança e um adulto.

Agostinho (2015) alerta-nos para a importância do trabalho em grupo, uma vez que este pode trazer uma grande ajuda para ultrapassar obstáculos ou mesmo conquistas em que, certos indivíduos, através das “suas vivências em

que participaram fizeram suas escolhas”, mostrando que “é importante para elas estar com os amigos e o quanto o apoio deles é fundamental” (p.80).

Tendo em conta as condicionantes, Bordenave (1994) menciona alguns exemplos: tendo como ponto de partida uma participação condicionada, este fala-nos de um exemplo em ambiente familiar no qual o pai quer conversar acerca de um determinado assunto, mas “os filhos já sabem de antemão quais as decisões que a família vai tomar”, ou seja, uma participação condicionada. Qualquer que seja a opinião dos outros intervenientes não vai contar para a decisão, pois esta já foi decidida pelo pai (p.37). Outro exemplo que este autor revela, está ligado à escolha por afeto de um membro de uma comunidade; “novo presidente da Associação é um homem que sempre trabalhou pela comunidade e, portanto, é muito querido e respeitado” (p.38). Ou seja, sendo este tão dedicado à comunidade, as pessoas sentem que têm o dever de o eleger. Outra condicionante que este autor menciona é a estrutura social, em que sabemos que o topo da pirâmide exerce grande influência sobre a base da pirâmide, isto é, as próprias instituições condicionam o ambiente que estas promovem “; pode ser propício ou desfavorável à participação “(p.43).

Sarmento, Fernandes e Fernandes (2007) mostram que existem barreiras que se tornam grandes condicionantes à participação na tomada de decisão em que estes dão como exemplo a “organização dos espaços públicos (...) a linguagem tecnocrática” (p.191).

Tomás e Fernandes (2013) alertam-nos para a importância de o Estado promover a formação dos professores, para desta forma se cultivar nos alunos e demais docentes a importância de participar.

Por fim existem outras condicionantes que não são da responsabilidade do Estado, pois existem problemas nas instituições que somente nelas podem ser percebidos e corrigidos. Ribeiro e Cabral (2015) exemplificam uma dessas; “as necessidades físicas (stress, cansaço, etc)”, ou seja, não podemos pedir às crianças para participar enquanto estas não se encontrarem bem física e psicologicamente (p.245).

Barreto (2002) revela que a participação pode trazer grandes benefícios aos participantes, apesar de ser muitas vezes um processo hermético e lento, que pode fazer com que às vezes as pessoas prefiram esquecer o termo participação. Gento (1994) menciona o facto de ser um processo minucioso, de ser um trabalho que se realiza e discute em grupo, por vezes tornando-se este mesmo dispendioso para as empresas/instituições.

Efetivamente, no que diz respeito aos princípios, Bordenave (1994) fala-nos acerca de 10 princípios que são necessários:

- 1) A participação deve ser olhada como uma condição inevitável humana;
- 2) Não devemos apenas olhar para a participação só quando ela resulta;
- 3) É através da participação que todos os indivíduos conseguem ter uma reflexão mais apreciativa e mais controlo;
- 4) A comunidade deve-se através da cooperação e da participação;
- 5) A participação vai-se aperfeiçoando;
- 6) “A participação pode ser provocada e organizada, sem que isto signifique necessariamente manipulação” (p.78);
- 7) “A participação é facilitada com a organização, e a criação dos fluxos de comunicação” (p.78);
- 8) Na participação deve-se atender as todas as diferenças individuais de modo a não discriminar nada nem ninguém;
- 9) Através da participação podemos solucionar conflitos, mas também os aumentar;
- 10) “Não se deve «sacralizar» a participação: ela não é panaceia nem é indispensável em todas as ocasiões” (p.80).

No entanto, Warren (2007) mostra que para conseguirmos realizar o processo da participação temos que ter três variáveis em conta:

- “O estabelecimento de uma cultura organizacional e infraestrutura que apoie a participação”;

- “O desenvolvimento de relações fortes e positivas entre assistentes sociais, usuários de serviços e cuidadores”;

- “O fornecimento de mecanismos eficazes de apoio prático e emocional”.

Warren (2007, p.81)

No que diz respeito aos Pressupostos da Participação, Tomás e Fernandes (2013) abordam o facto de a Participação precisar de uma “organização de mecanismos e a promoção de processos de transmissão de informação” (P.212); este conceito deve ter em conta “as múltiplas linguagens”, que devem ser consideradas “como ferramentas legítimas”, de forma a facilitar-se a participação das crianças (p.212).

Por fim, Wright, Turner, Clay e Mills (2006 citado por Warren, 2007) verificam que a participação requer uma abordagem de “sistemas inteiros” para assim se conseguir as tais mudanças que Piskur (2013) menciona mais acima (p.58). Deste modo, mostram-nos que este sistema tem quatro elementos distintos que irão ser desenvolvidos com a sua utilização.

1. “A cultura de participação - compartilhada por funcionários, usuários de serviços e cuidadores”;
2. “A estrutura para apoiar a participação - efetuada através de uma estratégia de participação, trabalho em parceria, identificação de campeões de participação e fornecimento de recursos adequados”;
3. “A prática efetiva de participação - facilitada pela criação de um ambiente adequado e seguro, uso de abordagens criativas e oferta de oportunidades para profissionais, usuários de serviços e cuidadores desenvolverem o conhecimento, as habilidades e a experiência necessárias”;
4. “Os sistemas eficazes de revisão da participação - criados por meio do estabelecimento de sistemas para monitorar, avaliar e evidenciar processos e resultados”.

Wright, Turner, Clay e Mills (2006 citado por Warren, 2007, p.58-59)

Ou seja, o objetivo desta abordagem é que as instituições se foquem mais nas pessoas como seres humanos e não como se fossem descartáveis pois devemos todos os dias refletir acerca de tudo o que acontece no quotidiano da instituição (Kirby et al. 2003a citado por Warren, 2007).

1.2 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA

A participação é, e sempre será, importante para o desenvolvimento natural da criança, estando esta fundamentalmente dependente dos adultos. Freire (2011, p.19 citado por Rios, 2014) reforça a importância de as crianças terem direito à “inserção social (...) e aos seus direitos de cidadania e de participação ativa” (p.30)

Tomás e Fernandes (2013) mostram que este grupo etário tem sido dos mais esquecidos, uma vez que “a infância tem sido um dos grupos sociais que tem permanecido sistematicamente fora dos espaços de discussão e participação (...) e das desigualdades socioeconómicas provocadas por essa globalização” (p.203). As autoras sugerem que se altere a imagem que temos das crianças e passemos a olhar para elas como seres ativos e detentores de saberes, sendo este reconhecimento um direito das crianças e jovens.

Formosinho e Gambôa (2011 citado por Rios, 2014) dão ênfase à voz das crianças, consideram que estas devem ser sempre escutadas de modo a tentar perceber as suas aspirações e receios.

Rios (2014) revela a importância de as crianças participarem em todos os processos e não só nas actividades promovidas pelas escolas. Apresenta-nos

como o “mapa de tarefas semanais”, que eram sempre discutidos em grupo (p.32).

Em suma, as crianças são detentoras de saber, conseguem comunicar como todos os indivíduos, e têm ideias inovadoras que os próprios adultos não têm. (Agostinho, 2015). Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007) dão ênfase à participação, uma vez que demonstram que o ensino ainda continua muito tradicional, existindo assim apenas uma metodologia de ensino. Ao deixarmos as crianças participar de uma forma ativa em todos os processos, vamos conseguir desenhar novos métodos de ensino tornando assim as crianças empenhadas, competentes e sobretudo felizes no processo de aprendizagem.

Tomás e Fernandes (2013) reforçam esta ideia, a das crianças como um “sujeito ativo de direitos” para assim terminarmos com a exclusão social deste grupo etário, uma vez que a idade não deve ser um fator de exclusão (p.206). Delgado (2006) demonstra que é necessária uma formação prévia para desta forma operar tendo em conta todas as implicações que este processo pode trazer.

Este mesmo autor refere um conjunto de vantagens que resultam do exercício da participação:

1. Permite exercer direitos e deveres;
2. Fortalece a independência, o envolvimento, a esperança e o seu eu;
3. Procura interiorizar as regras de todo o processo democrático que envolve a decisão e a respetiva educação cívica.
4. Tem a noção de que para obter os resultados positivos sobre a participação é necessário ter conhecimento que esta efetivamente funciona.
5. Reduz os confrontos;
6. Contribui para a inserção na sociedade e o sentimento de fazer parte de algo;
7. Promove uma sociedade mais justa e participativa.

Por fim, sendo a participação uma “ponte sólida” que vai ajudar as crianças a construir todo o seu percurso, estas devem então participar desde muito cedo, para desta forma, serem seres informadas e responsáveis (Ribeiro e Cabral, 2015 p.248).

Cabannes (2004), refere o Orçamento Participativo (OP) como um projeto importante para o desenvolvimento da Participação em todos os aspetos socioculturais. O OP surge na época de 2000 na Europa, não existindo uma explicação única para OP, uma vez que pode depender do local onde este está a ser implementado.

O OP define-se como “um mecanismo (ou processo) através do qual a população decide, ou contribui para a tomada de decisão sobre o destino de uma parte, ou de todos os recursos públicos disponíveis “(p.21).

O OP realiza-se em várias localidades com menor ou maior número de habitantes, não sendo exclusivamente implementado apenas em municípios. Cada cidade tem as suas características e as suas diferenças, pois cada realidade é um contexto único.

No que concerne às vantagens do OP, este vem “aprofundar o exercício da democracia através do diálogo que o poder público estabelece com os cidadãos “e “faz com que o Estado preste contas aos cidadãos, contribuindo, assim, para a modernização da administração pública” (Cabannes, 2004, p.29).

Cabannes (2004) apresenta-nos os benefícios que o OP pode trazer:

1. Procurar que a administração pública seja imparcial e a rentabilização dos gastos se execute;
2. Impulsiona à participação e ao poder de decisão do público;
3. Requer o prestamento de contas às pessoas;
4. Prioriza o grupo e gere os recursos de várias formas;
5. Há uma maior familiaridade entre os mais poderosos e menos poderosos.
6. Culturalizar todos os envolventes a serem democráticos, a participarem.

Por fim, Warren (2007) traz-nos a carta de participação infantil que foi publicada em 2006 com o intuito de dar voz a todas as crianças/jovens em todos os processos de tomada de decisão que os afete quer diretamente ou indiretamente; desta forma apresentam-nos valores essenciais:

- “A participação é um direito”;
- “As crianças e jovens são as melhores autoridades em suas próprias vidas”;
- “A participação depende de respeito e honestidade”;
- “A participação deve ser acessível e inclusiva”;
- “A participação é um diálogo para influenciar a mudança”;
- “A participação está incorporada”;
- “A participação é responsabilidade de todos”;
- “A participação beneficia a todos.”

Warren, 2007, p.74-75

1.3 Sistema de Promoção e Proteção das Crianças e jovens

O Sistema de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens (SPPCJ) está consagrado na Lei 23/2017-Lei de Proteção de crianças e jovens em perigo, abrangendo crianças/jovens até aos 25 anos de idade (CNPDP CJ-Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2019).

O diploma assume como objetivo a “promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral “(Lei 147/99, Art.1º, capítulo I, p.6116).

Assim, abrangendo todas as crianças e jovens que vivem em território nacional, esta será aplicada quando os pais ou representante legal colocam em perigo a criança/jovem. Porém, a criança pode ser um perigo para ela própria devido à falta de regras; o perigo para o desenvolvimento da criança pode ainda provir de terceiros.

O art. 3º da lei 147/99 considera um risco quando a “criança ou o jovem (...) se encontra numa das seguintes situações: a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; f) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação” (p.6117)

No que concerne à intervenção, Carvalho (2013), menciona três parâmetros importantes: o primeiro está ligado à “rede informal” que se relaciona com elementos que trabalham com crianças e jovens, o segundo é a “rede formal” que está relacionado com a comissão de proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e por último é “também a rede formal, que constitui o topo da pirâmide e corresponde aos tribunais” (p.13).

De salientar que tanto a criança/jovem como os respetivos pais devem ser sempre ouvidos em todo o processo (CNPDPJ,2019).

Desta forma, as medidas de Promoção e Proteção são (CNPDPJ, 2019):

- Apoiar os pais ou outros familiares;
- Confiança a pessoa idónea;
- Apoio para a autonomia de vida;
- Acolhimento familiar;
- Acolhimento em instituição;
- Confiança a pessoa selecionada para a adoção.

Ferreira (2010) identifica quatro aspetos negativos da proteção social em Portugal, ou seja, o excesso de crianças/jovens nos centros de acolhimento, as estadias muito prologadas nos centros, a fraca flexibilidade entre os diferentes

tipos de acolhimento e as entradas em excesso nos centros de acolhimento e consequentemente menos saídas.

O sistema de proteção social rege-se a partir do princípio de que “todas as crianças e os jovens com necessidade de proteção têm direito a um plano de integração definitiva, contrariando as práticas habituais de observar e aguardar, não agindo de uma forma imediata (Ferreira, 2010).

Ferreira (2010) apresenta-nos dois modelos do sistema de proteção: o primeiro modelo está diretamente ligado à CPCJ e com as entidades locais, ou seja, à intervenção social. Em segundo, a respetiva ação judicial, tendo a ver com os tribunais, o Ministério Público, entre outras entidades.

A intervenção é orientada pelos seguintes princípios, segundo o decreto de lei Nº142/2015 art. 4º (p.7199):

- 1 - O interesse superior da criança e do jovem;
- 2 - Privacidade;
- 3 - A intervenção precoce;
- 4 - A intervenção mínima;
- 5 - A proporcionalidade e atualidade;
- 6 - A responsabilidade parental;
- 7 - O primado da continuidade das relações psicológicas profundas;
- 8 - A prevalência da família;
- 9 - A obrigatoriedade da informação;
- 10 - A audição obrigatória e participação da criança e jovem;
- 11 - A subsidiariedade.

O sistema de proteção tem como finalidade fazer com que as crianças/jovens cresçam num ambiente saudável e sem ameaças, de modo a promover um bom desenvolvimento físico, psicológico e emocional.

Ferreira (2010) identifica algumas dificuldades que podemos encontrar no sistema de proteção. Temos como forte exemplo o fator tempo. Existe um “prazo mínimo para intervenção”, muita “burocracia e pressão” das entidades, acabando por não serem grandes facilitadores do bem-estar do indivíduo.

Existem assim contratempos para “uma articulação positiva, nem na perspectiva dos técnicos, nem na perspectiva da família” (p.236).

Hughes & Owen (2009) alertam para a importância de avaliação quando falamos na área da proteção de crianças/jovens, uma vez que é através dela que as pessoas se vão orientar. Assim, esta avaliação é feita através daquilo que a pessoa vê, daquilo que lhe é contado, entre outras fontes; ou seja, “após de Following Child Protection Messages From Research (Department of Health 1995), houve um redireccionamento dos serviços das crianças para o atendimento dos recursos necessários para as crianças carentes e dos assistentes sociais, tornando-se mais holísticos em suas avaliações” (Hughes & Owen, 2009, p.220).

Esta avaliação é importante porque será através dela que nos vamos orientar e tomar decisões.

Ferreira (2010) fala-nos acerca do papel do Estado na promoção e proteção das crianças/jovens, que se rege por vários princípios: a uniformidade das igualdades, a cidadania, a seriedade, a participação, a inclusão, a *pluriculturalidade e a ação* territorial.

Masson et al. (2007) afirma que não devemos procurar culpabilizar os pais, mas sim instruí-los e procurar intervir junto deles de maneira a estudar quais são os seus valores, procurando assim criar pontos de ligação entre os pais e as crianças.

Em suma, devemos sempre procurar trabalhar em conjunto entre todos os intervenientes na Proteção e arranjar formas de a comunicação e participação de todos os elos ser feita corretamente, uma vez que o “trabalho cooperativo é mais eficaz para garantir o bem-estar das crianças e reforça a responsabilidade parental das crianças e o papel das autoridades locais no apoio às famílias” (Masson et al., 2007, p.6).

1.4 ACOLHIMENTO RESIDENCIAL E A PARTICIPAÇÃO

O acolhimento residencial desenvolveu-se no século XIX, uma vez que é neste século que a proteção da infância começa a suscitar maior preocupação (Silva, 2004 citado por Nunes, 2010).

“Em Portugal, a falta de investigação na área de centro residencial é ainda mais crítica; é um campo muito negligenciado, com uma falta grave de estudos, uma ausência virtual de publicação científica” (Mota & Matos, 2008 citado por Rodrigues, Ducharne & Valle 2013, p.16).

Os poucos estudos que existem em Portugal adotam uma análise histórica e não são orientados para outros campos das ciências sociais, restringindo-se muitas vezes a análises de estatística (Rodrigues, Ducharne & Valle, 2013.)

Rodrigues, Ducharne & Valle (2013) concluem que as intervenções que têm sido realizadas nos CAT's tem partido do plágio de métodos de outros países e não na base da investigação.

Na década de trinta do século XX, os centros de acolhimento precisavam de uma remodelação integral, pois estes locais não detinham condições próprias para serem habitados e não se encontravam adequados para as crianças/jovens. A partir da década de oitenta, surgiram mudanças face à ausência de autossustento das instituições, à precariedade na educação pessoal, tais como a limpeza, os bons cuidados alimentares, e o próprio desenvolvimento de uma ocupação para além da vida escolar. No presente já contamos com vários requisitos que devem ser cumpridos, tais como:” combate à marginalização dos jovens, enquadramento da instituição nos serviços sociais da infância; redução do tamanho da instituição; especialização dos profissionais” (Zurita e Del Valle, 2005 citado por Nunes, 2010, p.18), entre outras regras que procuram criar um ambiente mais familiar para a criança/jovem (Silva, 2004 citado por Nunes 2010).

Rodrigues & Ducharne (2017) observam que o número de crianças em casas residenciais tem vindo a aumentar. Segundo as suas estatísticas, mostram que há mais indivíduos do género masculino do que do género feminino e também mais crianças acima dos 12 anos.

Revela o facto de “mais de metade de o número total de crianças apresentam problemas de comportamento (48%), um quarto sobre medicação psiquiátrica (24%), intervenção psicológica (42%) e ou psiquiátrica (30%) (Rodrigues & Ducharne, 2017, p. 358).

Segundo o artigo 49º do Decreto de Lei 142/2015, o acolhimento residencial “consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados” tendo como finalidade “contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”.

Segundo Rodrigues & Ducharne (2017), os estudos mostram que a rejeição dos pais e a falta de supervisão são as principais razões pela qual as crianças/jovens são colocadas em casas de acolhimento. Estas crianças são muitas vezes transferidas para diferentes casas de acolhimento o que resulta uma dificuldade em formar a criança na sua construção pessoal e no sentimento de pertença.

Martins (2004, citado por Silva, 2016) menciona que não é fácil definir o que é um centro de acolhimento residencial, uma vez, que tem “inúmeras classificações e tipo de instituições de acolhimento para crianças e jovens” (p.21).

Martins (2004, citada por Silva, 2016) descreve o conceito de acolhimento residencial como:” “residência contínua para mais de três crianças, em equipamento orientado, em regime de permanência, por uma equipa que provê ou permite o acesso aos cuidados e serviços normalmente disponíveis

para as crianças e outras medidas adicionais de cuidado, controlo e tratamento, de acordo com os requisitos das crianças residentes” (p218).

Assim, uma instituição deste carácter tem um funcionamento livre que deve ter em conta a boa relação com a criança/jovem, de modo a criar um ambiente familiar que promova a inclusão social (Lei 147/99).

Uma instituição de acolhimento deve conter uma equipa técnica pluridisciplinar com as várias valências para poder trabalhar e analisar a nível físico, psicológico, social e emocional a criança/jovem (Lei 142/2015).

No que concerne aos direitos das crianças/jovens nas casas de acolhimento residencial ou que sejam abrangidas por alguma medida de promoção e proteção, consta no artigo 58º do Decreto de lei Nº 142/2015 que as crianças/jovens devem ter privacidade, no que diz respeito a todas as informações pessoais e dos familiares; devem ter uma educação que ajude no seu crescimento e desenvolvimento integral; devem ter o seu local de privacidade e independência; as crianças devem ser sempre ouvidas de modo a participar na instituição, “receber dinheiro de bolso”; não ter a correspondência controlada; não serem mudadas de instituição sem a sua aceitação; poder ter contacto com a comissão de proteção de crianças e jovens de modo confidencial; e, por fim, devem ser acolhidas de preferência numa casa Residencial perto do meio, exceto se não for benéfico; e não separar de, quando existam, irmãos ou familiares (p.7205).

Assim, o artigo 50º do Decreto de Lei 142/2015 (p.7204) mostra-nos que os centros de acolhimento podem distinguir-se em três modos:

- a) Casas de acolhimento para resposta em situações de emergência;
- b) Casas de acolhimento para resposta de problemáticas específicas;
- c) Apartamentos de autonomização para o apoio dos jovens.

Rodrigues & Ducharne, 2017 revelam que “não é fácil saber quantas casas de acolhimento estão a operar em Portugal em qualquer altura, mas estima-se que existam mais de 400 casas” (p.359).

Carvalho (2013) afirma que um centro de acolhimento deve conter um número mínimo e máximo de crianças/jovens, ou seja, de 12 a um máximo de 30.

Devido ao facto de em Portugal existirem trabalhadores que não precisam de formação para trabalhar em casas de acolhimento, serem mal pagos e trabalharem por turnos, resulta muitas vezes em esgotamento, o que se traduz em não haver tempo para ouvir e ajudar as crianças a ultrapassar as suas dificuldades (Rodrigues & Ducharne, 2017).

Assim, o facto de algumas crianças não quererem permanecer nos centros de acolhimento, especialmente aquelas que detêm problemas mentais, comportamentais e/ou necessidades especiais poderá em parte explicar-se devido à falta de resposta e preparação das casas de acolhimento, especialmente aquelas que funcionam em regime aberto (Rodrigues & Ducharne, 2017).

As entradas nas casas Residenciais devem ser sempre planeadas de modo a preparar todos os recursos para assistir a criança/jovem (Lei 142/2015), ou seja, procurar organizar-se de modo a “favorecer uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade” (p.7205) art. 53.

Nunes (2010) alerta-nos para a importância do autoconhecimento da criança, uma vez que “as experiências vividas dentro da instituição parecem ser determinantes quer para a aquisição de um autoconceito positivo, quer para a aquisição de sentimento de auto desvalorização” p.21.

Carvalho e Salgueiro (2018) mostram que ainda existem várias carências no acolhimento residencial em Portugal, nomeadamente o facto de termos cada vez mais jovens nas casas residenciais. No entanto, não mudou a visibilidade das mesmas pois estas continuam com “uma fraca visibilidade pública, muitas vezes encerradas entre portas e paredes” (p.19). Sendo assim, devemos procurar que também a sociedade e o mundo externo, cada vez mais, olhem para o trabalho destas instituições e procurem apoiar de uma forma ou de

outra o seu desenvolvimento, seja a nível interno ou com as próprias crianças/jovens.

É essencial que as casas de acolhimento promovam o exercício dos direitos da criança. Para tal, estas têm que começar desde cedo com uma participação ativa, isto é, é importante as crianças e jovens participarem nestes locais para assim acabar com a negação da “visibilidade, da responsabilidade social” (p.19).

Carvalho e Salgueiro (2018) referem que uma casa de acolhimento residencial deve ser “uma condição transitória que deve centrar-se na ideia de futuro das crianças ou jovens e na definição do seu projeto de vida em vista a futura autonomia e (re)integração social e/ou familiar, processo para o qual se torna imprescindível a mobilização dos mais diversos agentes sociais nas respetivas comunidades” (p.20). Costa (2014), por seu turno, afirma que as casas de acolhimento devem garantir que todas as crianças/jovens tenham uma educação que os desenvolva em todos os níveis (Costa. A et.al.,2014).

Devemos entender a “criança-cidadã aquela que participa com o protagonismo, na operacionalização de um novo paradigma (...) do latim participare que significa «que toma parte»” (Costa. A et.al.,2014 p.41). Ou seja, relacionamos a participação com a construção de um caminho pleno para o futuro da criança. O acolhimento residencial tem como dever educar as crianças e jovens para uma cidadania ativa, para uma participação igualmente ativa na sociedade assente no conhecimento dos seus direitos. (Costa. A et.al.,2014). Bordenave (1994) alerta precisamente para as instituições que não promovem a participação, pelo contrário, até a inibem, ao fazer com que as crianças cresçam tímidas e sem vontade de debater.

Assim, as casas de acolhimento residencial têm que perceber que a “participação tem que ter um significado prático no quotidiano das crianças” (Costa. A et.al.,2014p.50).

1.5 Reflexão pessoal

Ao concluir a componente teórica, percebi que ainda existem diversas falácias no tema da participação que devem ser remodeladas.

Efetivamente, após ter revisto a lei Nº142/2015, percebi que um dos pressupostos da intervenção é a audição obrigatória e participação da criança (Artº 4), ou seja, apesar de estar inscrito numa lei que já vem de alguns anos atrás, verifico que a participação não é uma realidade que existe e se pratica em todas as instituições.

Posto isto, fico um pouco perplexa face à existência de leis que nos pedem para termos o cuidado de ouvir a criança e deixar que a mesma participe no dia-a-dia e o facto de as instituições acabarem por esquecer de fazê-lo na prática.

Na minha opinião, considero que no dia-a-dia não é fácil conseguir envolver as crianças/jovens em muitos processos de decisão nas instituições, devido às próprias metas que estes locais colocam para atingir.

Mas, desta forma, também me interrogo afinal sobre o que é importante para conseguir um bom desenvolvimento da criança e uma boa inserção social da mesma. Se é melhor cumprir o currículo que a equipa multidisciplinar decidiu junto com a direção ou se é mais importante fazer o currículo com as crianças, de modo a que as mesmas participem em todo o processo e tirem algumas aprendizagens do mesmo?

2.CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO

PROBLEMA E OBJETIVOS

2.1 Problema e sua justificação

Bento (2011) refere que “um problema de investigação é colocado como uma questão, a qual serve como foco de investigação do investigador” (p.20).

Desta forma, a pergunta de partida que formulei para a minha investigação está direcionada para se tentar perceber como é que se deve promover a participação das crianças/jovens na tomada de decisão numa casa de acolhimento residencial.

Bento (2011) revela que este problema da investigação “pode ser tudo o que uma pessoa encontra como não satisfatório ou não ajustado, uma dificuldade de qualquer espécie, uma ordem de coisas que precisa de ser mudada, qualquer coisa que não está a funcionar como deveria” (p.20).

Durante estes anos, verifiquei que a palavra participação é um termo que pode ter uma conexão positiva para muitas pessoas e para outras uma conexão negativa.

Posto isto, ao longo da minha licenciatura apercebi-me que a participação é um princípio que devemos ter sempre no nosso plano de ação pois, quando entrei no curso de Educação Social, percebi que era de elevada importância, porque só desta forma é que vamos conseguir criar uma ponte com as pessoas que estamos a trabalhar.

Efetivamente, quando entrei no ensino superior tive a oportunidade de participar realmente em todo o processo da minha Licenciatura, o que fez com que me sentisse mais enquadrada e realizada.

Assim, no meu último ano de estágio procurei promover a participação das crianças/jovens e o seu envolvimento nos processos. Foi possível então compreender que se deve sensibilizar outras instituições para a importância de darmos às crianças/jovens a oportunidade de participar em tudo o que lhes diz respeito.

No entanto, preocupa-me o facto de termos uma sociedade que acaba por participar muito pouco nas eleições e em outros momentos importantes para o nosso país, ao nível nacional e no âmbito da comunidade, o que a meu ver torna fulcral começar desde cedo fomentar nas crianças a participação para procurar cidadãos mais ativos em todos os processos tanto democráticos como os demais.

Em suma, só desta forma é que todas as crianças/jovens vão estar motivadas e sentir que tudo aquilo que estão a fazer é algo que lhes pertence.

Depreendi, também, que é importante perceber como é que as pessoas se estão a sentir pois se as deixarmos participar estas vão estar mais à vontade para poderem expressar corretamente aquilo que as agrada ou desagrada, ou seja, consegue-se uma maior abertura de todos os elementos e que haja uma verdadeira participação da parte dos indivíduos.

Utilizando a participação em todos os processos de decisão e ouvindo com atenção o que nos querem dizer vamos conseguir criar um ambiente em que exista uma maior proximidade e maior ligação entre as pessoas.

Na verdade, se tomamos a decisão de pensar em conjunto, conseguimos realizar um projeto em que todos se irão envolver no processo, uma vez que tudo o que foi realizado foi pensado por todos e não só por um. Desta forma garante-se também que todas as pessoas estejam informadas de todo o processo.

Por fim, a participação deve ser um processo voluntário, pois sabemos que não devemos obrigar ninguém a participar, mas sim procurar sensibilizar para a importância da participação.

2.2 Objetivos

Serrano (2008) mostra que os objetivos servem para alcançar um determinado propósito que temos em vista. Sem os mesmos seria impossível contruir um plano de ação.

Espinoza (1986) citado por Serrano (2008) diz que por objetivos entendemos “propósitos que se pretendem alcançar com a execução de uma ação”, logo é importante ter três pontos em vista quando pensamos nos objetivos: têm de ser claros, realistas e pertinentes para a investigação e para as pessoas (p.44).

Assim, quando os formulamos temos que ter em atenção quatro perguntas: (Ander-Egg, 1989 citado por Serrano, 2008, p.44)

1. “Que queremos fazer?”
2. “Que mudanças desejamos obter face à situação-problema sobre a qual vamos agir? “
3. “Onde pretendemos chegar, que propósitos se deseja alcançar dentro de um determinado espaço de tempo?”
4. “Qual é a situação-objetivo que se pretende alcançar?”

Assim, pretendo recolher dados que permitam:

- Identificar contextos participativos das crianças/jovens na vida diária de uma casa de acolhimento;
- Recolher a opinião dos membros das equipas da instituição sobre os processos participativos;
- Dar voz às crianças/ jovens e identificar o seu ponto de vista sobre qual deve ser o seu envolvimento nos processos participativos existentes.

2.3 METODOLOGIA

Pesquisa qualitativa/quantitativa

Serrano (2008) define a metodologia como um processo que tem “um papel essencial no desenvolvimento de qualquer” plano de ação ou projeto “uma vez que quase todos os resultados finais estão condicionados pelo processo, pelo método e pelo modo como se obtiveram os resultados.” No fundo, trata-se de responder à seguinte questão: “Como se vai fazer” (p.47).

Na minha investigação irei utilizar uma metodologia sobretudo qualitativa. Começarei com entrevistas aos elementos da equipa multidisciplinar com recurso a um diário de bordo, para desta forma conseguir registar todas as observações que faça no Centro residencial, e por fim grupos de discussão com as crianças/ jovens.

Uma vez que este tipo de metodologia passa mais pela análise do conteúdo, ou seja, não é apenas descrever aquilo que vemos, mas sim tentar interpretar (Amado, 2013).

Amado (2013) revela que temos que ter três pontos em vista: dados, pontos de referência e em que condições estão a decorrer; pois, o objetivo deste método é “organizar os conteúdos de um conjunto de mensagens num sistema de categorias que traduzam as ideias-chave vinculadas pela documentação em análises” (Amado, 2013, p.313).

Já a abordagem quantitativa não é uma das minhas opções, pois é uma abordagem que se orienta por um plano muito estruturado e estático (Coutinho, 2013, p.26) O investigador é externo do estudo (Coutinho, 2013).

Tendo em conta os vários paradigmas existentes, na minha investigação vou optar pelo paradigma sócio-crítico, uma vez que considero ser aquele que mais se ajusta ao contexto que vou investigar.

Os outros dois paradigmas, o positivista e o interpretativo não se conseguem ajustar à minha realidade. Segundo Alvarado & García (2008, p. 190), o paradigma sóciocrítico “tem como objetivo promover as transformações sociais, dando respostas a problemas específicos presentes nas comunidades, mas com a participação dos seus membros”.

Uma vez que estou a trabalhar a participação devo procurar que as crianças participem em todo o processo da minha investigação percebendo, desta forma, a sua opinião acerca do tema e de que forma que é que elas gostariam de o tratar.

Por fim, Popkewitz (1988, citado por Alvarado & García, 2008, p. 190), os princípios dos paradigmas são: “conhecer e compreender a realidade como praxis; unir teoria e prática, integrando conhecimento, ações e valores; orientar o conhecimento em direção à emancipação e libertação do ser humano; propor a integração de todos os participantes, incluindo o investigador, em processos de autorreflexão e de tomada de decisões consensuais, as quais se assumem de maneira corresponsáveis.”

2.4 LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES

2.4.1 Local de estudo

A instituição X tem como visão proporcionar o acolhimento terapêutico, de modo a promover os direitos das crianças de uma forma excelente.

Como Missão procura que todas as crianças consigam ter uma estrutura de vida de qualidade para que estas se sintam tão próximas como se estivessem em família. A instituição procura assegurar que todas as crianças disponham de

condições quer a nível de higiene, cuidado, educação, conforto e o seu desenvolvimento.

Como valores mencionam os seguintes (Instituição X, s.a.):

. “Valorizar o respeito pelo outro, assim como a componente afectiva e relacional”;

. “Respeitar o ritmo e a integridade pessoal de cada criança/jovem”;

. “Acompanhar cada criança/jovem de acordo com a sua singularidade e especificidade”;

. “Desenvolver expressão de atitudes de responsabilidade e confiança mútua”;

. “Respeitar a privacidade quanto à sua história de vida”;

. “Desenvolver a capacidade das crianças /jovens de se tornarem cidadãos livres, responsáveis e autónomas”;

. “Fomentar o sentido de Verdade, Justiça, Amor, Dignidade e Integridade Pessoal”

. “Promover o sentido de pertença e o desejo de transformação e construção ativa na sociedade”;

. “Adotar uma atitude de disponibilidade e abertura”;

. “Utilizar uma linguagem adequada ao contexto profissional”;

. “Promover um relacionamento saudável baseado na cooperação, entreajuda e respeito pelo outro”;

. “Privilegiar o diálogo na resolução de conflitos”.

Nesta instituição foi criado um manual de boas práticas, que contém regras que devem ser lidas por todos, de livre acesso, para o bom funcionamento da instituição. Também tem guias de prática de um melhor acolhimento, que dá exemplo de ações preventivas face ao perigo.

Segundo o regulamento interno (2019), esta instituição define-se como “uma resposta à medida do CAT que consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados que lhes garantam os cuidados adequados” p.1.

Esta instituição tem como finalidade ajudar na criação de condições que garantam os cuidados adequados para as crianças.

Desta forma, têm 24 funcionários que se distribuem em:

- 12 auxiliares;
- 3 funcionárias de limpeza;
- 4 cozinheiras;
- 1 telefonista/porteiro;
- 1 motorista
- 1 elemento para a lavandaria;
- 2 elementos da Direção.

Segundo o regulamento interno da instituição, esta apresenta 5 objectivos gerais (p.14-15):

- a) “Afastar o perigo, decorrente da situação em que as crianças/jovens se encontram aquando do seu acolhimento”;
- b) “Permitir a realização dos diagnósticos das situações concretas de cada criança, bem como a definição dos respetivos projetos de vida em ambiente e com as condições essenciais que os retirem do perigo em que se encontram”;
- c) “Proporcionar às crianças a satisfação de todas as suas necessidades básicas em condições de vida as mais aproximadas possível da estrutura familiar”;
- d) “Proporcionar os meios necessários que promovam a sua valorização pessoal e social, a sua segurança, saúde, educação, formação, assim como o seu desenvolvimento integral”;
- e) “Promover a sua reintegração na família e / ou na comunidade”;

Este regulamento mostra-nos que as crianças têm um critério de seleção, uma preparação de acolhimento e uma preparação para a integração.

A instituição tem um modo de funcionamento 24h por dia durante o ano inteiro. Sendo que pode encerrar caso haja autorização das entidades judiciais e da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia.

O atendimento da equipa técnica ocorre das 9:30h até às 18h. Este CAT (Centro de Acolhimento Temporário) tem um regime aberto, o que vem explicar que as crianças podem entrar e sair da instituição tendo em conta sempre as limitações de cada elemento.

O horário das visitas é combinado com a direção, equipa da instituição ou tribunal de modo a não interferir com o horário escolar e atividades da instituição. As visitas são sempre registadas.

O CAT tem um livro de ocorrências onde são registadas todas as ocorrências e rotinas relevantes das crianças.

O CAT pode acolher 28 crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Este apresenta várias áreas, estando divididas em: (segundo o regulamento interno p.26)

- 2 quartos com capacidade para acolher 10 crianças de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos;
- 2 quartos com capacidade para acolher 10 crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos, de ambos os sexos;
- 1 quarto duplo
- 1 sala de televisão / DVD;
- 1 gabinete de psicologia;
- 1 berçário, para acolher 8 crianças, da faixa etária dos 3 meses aos 3 anos, e uma área de apoio para desenvolvimento de atividades e copa de leites;
- 5 instalações sanitárias, adaptadas às idades das crianças e aos adultos;
- Receção;
- Serviços Administrativos;
- Gabinete de Direção;
- Gabinete Técnico;
- Gabinete Médico;
- Sala de reuniões;
- Sala de atividades;
- Sala de estudo / visitas;
- Espaço de convívio;

- Refeitório;
- Cozinha e respetiva despensa;
- Lavandaria / tratamento de roupa;
- Arrecadação e garagem;
- Polidesportivo;
- Parque de diversões;
- Áreas ajardinadas

A distribuição dos quartos é realizada pela seguinte forma:

- 0 aos 3 anos têm um quarto para 8 crianças;
- 4 aos 6 anos em que têm 2 quartos para 5 elementos femininos e 5 masculinos;
- 7 aos 14 anos em que têm 2 quartos para 5 masculinos e 5 femininos.

2.4.2 Participantes nos Grupos Focais e nas entrevistas

Neste ponto vou descrever os processos de realização do grupo de discussão com as crianças e das entrevistas individuais com os elementos da equipa técnica e educativa.

No que diz respeito ao grupo de discussão, este teve duração de 30 minutos e decorreu nas instalações do centro de acolhimento. A opção de ter utilizado este método deve-se ao facto de poder estar mais perto das crianças e também de fazer com que as mesmas se sintam à vontade para se poderem expressar.

Durante o grupo de discussão, notei que as crianças estavam um pouco cansadas e que existiam rivalidades entre os elementos do grupo.

Primeiramente iniciamos com um grupo de 8 crianças, na qual estavam 7 elementos do género feminino e um do género masculino.

Eram todos de nacionalidade portuguesa e residiam todos perto da área de Valongo. O grupo era de idades compreendidas entre os 11 anos e os 15 anos.

Apresentam-se de seguida algumas informações sobre os participantes no Grupo Focal.

Gráfico n.º 1 – Idade das crianças



Fonte: Elaboração própria

Gráfico n.º 2 – Escolaridade das crianças



Fonte: Elaboração própria

Gráfico n.º 3 – Estadia das crianças



Fonte: Elaboração própria

A segunda fase foi a realização das entrevistas ao grupo da equipa técnica e educativa, que contou com a participação de 12 elementos do sexo feminino.

As idades eram bastantes distintas e alguns elementos já vinham de outra valência da mesma instituição.

A duração das entrevistas oscilou entre os 10 e os 20 minutos, de acordo com cada entrevistado.

O facto de ter escolhido este método prende-se com poder estar pessoalmente com as pessoas, deixando-as à vontade para poderem falar de uma forma aberta. A intenção foi a de recolher as interpretações pessoais e subjetivas sobre o modo como decorre a participação na casa de acolhimento e de ter a oportunidade, ao mesmo tempo, de recolher significados mais profundos que são atribuídos pelos participantes aos acontecimentos.

Apresentam-se de seguida algumas informações sobre os participantes nas entrevistas.

Equipa técnica:

Tabela n.º 1 – Funções e Anos de casa da Equipa Técnica

Funções	Anos de casa
Diretora técnica/Assistente Social	19 anos
Psicóloga	4 anos
Estagiária psicóloga	1 ano

Fonte: Elaboração própria

Equipa educativa:

Tabela n.º 2 – Funções e Anos de casa da Equipa Educativa

Funções	Anos de casa
Auxiliar de serviços gerais	10 anos
Auxiliar de serviços gerais	1 ano
Auxiliar de serviços gerais	10 meses
Lavandaria	10 anos
Cozinheira	10 anos
Limpeza	19 anos
Auxiliar de serviços gerais	6 meses
Auxiliar de serviços gerais	19 anos

Fonte: Elaboração própria

2.5 TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS A UTILIZAR

Na minha investigação escolhi duas técnicas para trabalhar o tema da participação no Centro Residencial:

1. Entrevista:

A entrevista, segundo Quivy & Campenoudt (1998), é uma técnica em que existe comunicação e interação entre as pessoas e contato direto. Já Bento (2011) mostra que a entrevista é um “método de recolha em que uma pessoa faz perguntas a outra, podendo ser conduzidas pessoalmente” (p.54).

Ao utilizar esta técnica vamos conseguir registar as várias perceções das pessoas, acontecimentos que sejam relevantes para o processo e as interpretações dos mesmos (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Quivy & Campenhoudt (1998) afirmam que a entrevista é um “primeiro método de recolha de informação” (p.192).

No que diz respeito à entrevista, é uma técnica que vem auxiliar no sentido de complementar aquilo que queremos saber, como as informações acerca da instituição e também o modo como é interpretada a participação.

Quivy & Campenhoudt (1998) descrevem dois tipos de entrevista: a entrevista semidiretiva ou semidirigida que é uma entrevista que não é totalmente aberta nem tem demasiadas perguntas, sendo que, para a realizar, o entrevistador tem um guião para se poder orientar, sendo obrigado a seguir a ordem do mesmo.

Já a entrevista centrada “tem por objetivo analisar o impacto de um acontecimento ou de uma experiência precisa sobre aqueles que a eles assistiram ou que neles participaram” (Quivy & Campenhoudt (1998, p.193).

Desta forma, ao utilizar as entrevistas o meu objetivo é tentar entender qual é a opinião acerca da participação, se se acha que está implementada na filosofia e na política da instituição, se mudariam alguma coisa, se acham que as crianças/jovens percebem qual é o objetivo de participar, se escutam as crianças/ jovens quando estes falam, etc.

Como vantagens, Quivy & Campenhoudt (1998) mencionam que esta tem um grau elevado de profundidade e grande agilidade.

Desta forma, o meu objetivo será realizar entrevista ao Presidente da instituição, à educadora social e algumas das técnicas que estejam mais próximas das crianças/jovens. Quivy & Campenhoudt (1998, p. 192) referem que esta técnica “permite ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados (...) caracteriza-se pelo contato direto entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca diretividade por parte daquele”.

Por fim, sendo a entrevista um estudo biográfico, Amado (2013) revela que este serve para “captar através de um relato ou narrativa, a interpretação que determinada pessoa faz do seu percurso de vida, com a respetiva diversidade de experiências e sentimentos pessoais que tiveram lugar ao longo do tempo e por fases, nas mais diversas circunstâncias ou contextos” (p.169).

2. Grupos de discussão:

Os grupos de discussão permitem recolher diretamente a opinião das crianças/jovens acerca da participação. Para Cembranos, Montesinos & Bustelo (2001, p.44) consiste numa “reunião em que um grupo de pessoas falam entre si, acerca de um tema, assistidos por um coordenador, que intervém de forma não diretiva para a compreensão da atitude (pensamento, posição e conduta) de um grupo em relação a um tema ou aspeto da realidade através da análise do discurso”.

Na opinião de Amado (2013), os grupos de discussão permitem:

- “Identificar a informação que existe em determinado meio sobre um certo fenómeno ou tema”;
- “Identificar as diferenças de pensamento e o leque de ideias existentes acerca de determinada realidade num determinado contexto”;
- “Dar conta do tom de voz, da comunicação gestual de ideias existentes emocional, comuns nas situações em que se discorre e se fala sobre determinado tópico” (p.226).

3. Análise documental:

Este tipo de metodologia ocorre através de “revisões bibliográficas ou pesquisas historiográficas” onde se retiram elementos que vamos analisar para a investigação. (Pimentel, 2001).

Quando se investiga torna-se crucial a análise de conteúdo de uma forma analítica. Assim, percebemos que a análise de conteúdo ocorre através da

perspetiva tradicional em que “é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento de informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima” (Borko 1968 citado por Júnior, Augusta & Medeiros 2017, p.141). Desta forma, temos que ter em atenção que existe muito conteúdo implícito e explícito na análise documental.

Assim, segundo Richardson et al, 1999 (citado por Júnior, Augusta & Medeiros, 2017) a análise documental “consiste em uma série de operações que visam estudar documentos no intuito de compreender circunstâncias sociais e económicas” p.141.

Por fim, Amado (2013) demonstra que neste método podemos discutir um tema de uma forma mais aprofundada, assumindo o investigador um papel de mediador na discussão em grupo.

Em suma, através deste método procurarei recolher uma maior diversidade de opiniões (Amado, 2013).

2.6 TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS A UTILIZAR

A análise de dados obtidos nas entrevistas será feita segundo o método da análise de conteúdo. Para Quivy & Campenhoudt (1998) as entrevistas fazem “aparecer o máximo possível de elementos de informação e de reflexão, que servirão de materiais para uma análise sistemática de conteúdo que corresponda, por seu lado, às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos (p.195).

3.CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Num primeiro momento, irei analisar as entrevistas com a equipa técnica e educativa. Irei começar por mencionar cada pergunta tirando uma conclusão geral de todas as respostas obtidas. Desta forma, irei fazer uma seleção de resposta dos elementos da equipa técnica (ET) e da equipa educativa (EE), uma vez que as respostas obtidas eram muito distintas umas das outras.

3.1 ENTREVISTAS COM A EQUIPA TÉCNICA E A EQUIPA EDUCATIVA E OUTROS COLABORADORES COM FUNÇÕES AUXILIARES

1.ª Pergunta: O que pensa da participação?

A dificuldade em responder a esta pergunta revelou que se trata ainda de um conceito pouco compreendido. Apesar de ser uma temática que já é discutida há vários anos, ainda não é praticado em diversas instituições. No quadro teórico, já tinha verificado que era um conceito pouco estudado no contexto português, o que pode em parte explicar a razão porque as instituições acabam por não o saber usar ou então não o utilizar por completo. De uma forma geral, para as pessoas conseguirem perceber o que eu queria dizer com participação tinha que usar este tipo de perguntas, “Mas participação para que? Para as actividades?” (Entrevista -EE4).

Com o decorrer das entrevistas foi notória a diferença de respostas por parte da equipa técnica para a equipa educativa. No caso da equipa técnica, por exemplo, afirmou-se que “dependendo da idade dependendo da idade e da

maturidade acho que é fundamental para se definir nomeadamente as atividades hum em que eles gostam de participar, a questão dos projetos de vida porque isto é a casa deles e em função disto eles têm que ter a opinião deles e um papel aqui na casa” (ET8) quanto a equipa educativa obteve respostas tais como: “Sim se eles participam nas actividades.” (EE3); “Não estou a entender a pergunta. Participar junto das crianças.” (EE1).

2.ª Pergunta: O que mudaria quanto à participação na instituição?

Aqui recolhi uma variedade de respostas. Alguns não mudariam nada, outros queriam mais regras, outras mais responsabilidades, outros uma maior participação.

Numa resposta que se destacou, uma entrevistada afirmava “que se calhar não mudaria na forma de participação, mas na forma como eles são ouvidos pronto porque às vezes isso pode condicionar ser em grande grupo pode condicionar a participação nomeadamente quando nós definimos as atividades” (ET8).

Outros exemplos: “tem algumas regras prontos que a gente como é que eu hei-me explicar, as vezes a gente dá um castigo um castigo como por exemplo ficas sem telemóvel, mas eles depois vêm oh desculpa oh desculpa e a gente quebra e não havia de quebrar.” (EE1) e “Se calhar dava-lhes mais responsabilidades.” (EE5).

3.ª Pergunta “Na instituição onde trabalha, considera que a participação das crianças existe?”

Todas mencionaram que sim. Ou seja, “Sim, eles participam mais o menos. Havia outras coisas que eles deveriam fazer para bem deles. (EE5)

E também “nas tarefas nas actividades nas rotinas do dia-a-dia.” (ET11).

4.ª Pergunta “Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição?”

De uma forma geral, as respostas que obtive foram todas relacionadas com tarefas tais como arrumações e trabalhos na casa como por exemplo: “Querem arrumar, ajudar arrumar, limpar vidros fazer isto e aquilo.” (EE2), quanto há equipa técnica dão como exemplo de tarefas “Em termos de rotina, por exemplo colocar a mesa, facultar o tomar banho. Em termos de actividades mais lúdicas (...) eles costumam estar sempre na sala de actividades com a educadora de infância a fazer essas actividades, por exemplo agora vai ser o dia dos avos e eles tao a fazer os placards, e as prendas para os avos são tudo eles que participam.” (ET12).

Uma das pessoas abordou apenas o facto de eles poderem escolher as actividades extracurriculares (ET8). No entanto foi mencionado na entrevista EE9 o facto de “É assim, que elas participam? Elas participam, é assim elas são um bocado forçadas porque sendo de livre vontade elas não ajudam só que claro a doutora põe aquelas tarefas e tal e elas aí vão e ui”. (EE9). Ou seja, mais uma vez na minha opinião percebi que a participação para esta pessoas esta

remetida às tarefas de casa e resulta de uma imposição, o que contraria o conceito de participação abordado no quadro teórico.

5.ª Pergunta “Onde considera na realidade diária que a criança participa?”

Nesta pergunta obtive uma pouco de resposta equivalente à quinta pergunta em que foi mencionado o facto de elas realizarem as tarefas diárias e as limpezas, ou seja, “eles ajudam, pode ser coisas banais não pode? Eles ajudam a ir buscar o cesto da roupa, a separar a roupa deles, a por as mesas para eles, essas coisas diárias eles fazem “(EE3); “Põem as mesas, agora até vão há vez para a cozinha para a limpeza. E é alternado digamos assim.” (EE6); e “Fazer a cama deles arrumar o quarto deles, as mais velhas não tem mesmo, foram elas que estipularam entre elas arrumar o quarto limpar.” (ET11).

6.ª Pergunta “Procura dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho?”

As respostas obtidas a esta pergunta foram todas positivas, não obstante o facto de por vezes não conseguirem dar voz ativa às crianças, pois estão sobrecarregadas com trabalho. O cumprimento das tarefas impede de prestar a atenção que as crianças necessitam, por exemplo “ Nem sempre (risos) São muitos e além de tomar conta deles temos de fazer o resto do trabalho à volta” (EE3); “ A todas as actividades, sessões, o início de sessão terapêutica ou de qualquer tipo de plano de intervenção pergunto sempre qual o tipo de actividades que eles gostam fazer, os adolescentes que eles querem fazer, precisamente para eu saber que áreas que eles querem fazer que tipo de áreas gostam de trabalhar, há meninos que gostam mais de motora outros que gostam mais de actividades com parte mais recreativa, de pintar, construir coisas. Eu tento ir mais por aqui, outros gostam mais de histórias. Eu tento

sempre agradar a todos. Eu como sei que são diferentes, estipular diferentes actividades que tem diferentes áreas, não esquecendo que são um grupo” (ET12); “Sim eu gosto muito de os ouvir hummm principalmente quando vejo que eles estão chateados com alguma coisa. Tento sempre ver o lado deles porquê que eles estão chateados. Porque nos aqui temos assim algum vicio de deitar assim as culpas daquilo que acontece para os meninos e as culpadas como nós que não os ouvimos. E eu gosto de os ouvir e perceber aquilo que eles têm a dizer” (EE5) e “Às vezes não consigo pelo o acumular de tarefas, tento sempre ter momentos para os ouvir e eles procuram muito estão sempre a bater há porta a perguntar se me podem falar comigo a sós e às vezes a conversa não é assim tão (risos) eles procuram muito principalmente de carência afetiva que procuram muito depois estão mais tristes ou assim. Mesmo os adultos têm essa preocupação quando vêm um miúdo mais triste perguntam se passasse alguma coisa depois podemos falar um bocado se quiseres. Há sempre estes momentos pode não ser na hora.” (ET8)

7.ª Pergunta “Que métodos aplica para elas participarem?”

Por vezes, era utilizado o termo “chantagem”, ou seja, em que diziam às crianças que se realizassem determinada tarefa obteriam uma recompensa.

Isto na maioria das respostas como por exemplo: “Chantagem? (risos) se for preciso, pegar numa coisa que eles gostam para conseguir que eles façam.” (EE3); “Sei lá é um bocado difícil explicar isto por palavras hum eu incentivos a fazer. Quando eu quero que eles arrumem os quartos eu tento explicar-lhe que se vier alguém de fora que é um bocado mau se vier ca pessoas e entrarem no quarto parece mal-estar o quarto desarrumado. E depois vão perceber que há uma cama mais arrumadinha que a outra e nós vamos dizer que é da B. E tentar que eles percebam que têm que ter os quartos arrumados. Se fomos há casa de banho se o chão tiver molhado algum deles vai escorregar e vai partir a

cabeça e depois vai haver um culpado. Quem deixou o chão do quarto molhado se calhar temos que cumprir aquela tarefa para ninguém se magoar é um bocado por aí. É o explicar o porquê de fazer as coisas.” (EE5) e “É assim se há algum instrumento. Não. É mesmo na questão da disponibilidade para estar com eles e de os ouvir. E acho que isso já faz parte de nós da nossa filosofia de trabalho. Não há regra específica de ouvirmos e estarmos horas de ouvir sempre que eles solicitam se não for na hora ate dizemos fica aí sentadinho que eu já te chamo, hum chamamos e ouvimos o que eles têm a dizer.” (ET8).

8.ª Pergunta “Considera que através da participação conseguem fazer com que as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?”

Pode-se concluir que as entrevistadas apenas se preocupam que as crianças façam as tarefas e limpezas da casa de acolhimento. Em doze entrevistas tive três pessoas que conseguiram esquecer um pouco este assunto e olhar para o futuro, a nível pessoal da criança para que estas consigam estabelecer amizades ao longo da Vida. Eis o exemplo de uma resposta: “Elas têm que perceber hum aquilo que elas pensam e que têm o direito de ser ouvidas e perceber e serem uns elementos participativos e ativos em todo este processo e não são coisas impostas aquilo que nós tentamos fazer é que ou elas perceber que ao serem ouvidas que nós lhe estamos a valorizar o seu papel e a valorizar aquilo que elas dizem e aquilo que elas representam neste processo todo não coisas, mas sim crianças que devem ser ouvidas esclarecidas e informadas daquilo que se está a passar na vida delas para também ajudar a integrar a história de vida delas porque uma criança vem para cá e não se explica o porquê que ela vem para cá.” (ET8) E “Isso é um bocado o saber ser e o saber fazer, não é?” Porque se eles souberem fazer aqui que é a casa deles e se forem a casa de um amigo já vão saber fazer ou se no futuro forem para outra instituição ou para outra casa já vão com bases daqui. Porque eu sei lavar a loiça porque lá me ensinaram. Ou vou estender a roupa porque lá me ensinaram. E se eu aqui não vou chamar

nomes aos meus amigos ou bater aos meus amigos lá foram também não. Vou perceber que tenho que fazer amigos ter amigos. É um bocado por aí.” (EE5).

9.ª Pergunta “Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?”

De forma geral as respostas obtidas eram positivas na qual, todas as pessoas acham que ajudava sempre para o futuro das crianças, ou seja, “Sim porque eles acabam por aqui desenvolver alguma autonomia alguma participação e eles acharem «eu sou uma voz ativa da minha vida e daquilo que quero fazer, por isso eu também tenho direito da minha opinião tenho direito a dizer aquilo que eu acho aquilo quero e aquilo que eu não quero», claro que sim isso é importante para o desenvolvimento pessoal deles depois conseguem perceber, já estou a falar aqui dos adolescentes mesmo depois escolher o caminho escolar... já falando dos maiorzinhos não e eles depois conseguem perceber eu gostava antes de ir para aqui de fazer isto aquilo... sim para eles perceberem que eles é que fazem parte e são eles que vão escolher o caminho deles, nós estamos aqui para orientar. Eles é que sabem o que vão querer.” (ET11).

Em suma, uma parte das entrevistadas dá prioridade à organização e à arrumação, em detrimento do desenvolvimento pessoal, tal como foi mencionado na resposta da entrevista ET8 que transcrevi. “Isto é bom para elas. Elas ao participar, vai ser bom para o futuro delas e acho correto estas mais crescidas terem mais cuidado sobre a roupa delas e aquelas coisitas delas.” (EE9).

Em síntese, após a análise das entrevistas, pode-se concluir o seguinte:

1. No que diz respeito ao termo participação, uma parte das entrevistadas, integradas na EE, com menos qualificações, não compreendiam o sentido mais profundo do termo participação.
2. A falta de elementos na instituição, afeta negativamente o desenvolvimento de processos participativos. Pois, menos funcionários, implica menos tempo para as crianças;
3. A falta de funcionários mais qualificados é igualmente um fator negativo, que deveria ser corrigido procurando-se um equilíbrio entre o número de elementos da ET e da EE. Fazer um equilíbrio entre estas profissões;
4. Dar mais formação aos funcionários que estão atualmente na instituição motivando-os para escutarem as vozes das crianças e a possibilidade de se expressarem.
5. Por último, promover tempos e espaços para de ouvir as crianças individualmente ou em grupos mais pequenos, para diminuir eventuais sentimentos de rivalidade.

Dificuldades encontradas:

No decorrer das entrevistas a dificuldade que mais encontrei foi o facto de vários elementos não conseguirem responder as questões por muitas vezes não perceberem o que queria dizer com o termo da participação. ´

3.2 Grupo de Discussão com as crianças acolhidas

O acesso ao grupo de crianças acolhidas para a realização do grupo de discussão foi autorizado na condição da sessão ser curta, com 15 a 20 minutos de duração máxima. A direção da casa de acolhimento justificou esta condição atendendo ao elevado número de estudos onde as crianças tinham participado no período mais recente. Esta circunstância limitou a recolha de dados junto dos principais protagonistas do estudo.

1.ª Pergunta: Alguém conhece a participação ou sabe o que quer dizer?

As respostas foram de uma forma geral muito ligadas à participação na escola, na qual estes revelam que conhecem a participação, mas mais a nível escolar como exemplo a “oh é a participação disciplinar” (GD3); “É participar nas coisas” (GD1) e “Nós conhecemos uma participação, mas é na escola” (GD2).

Na minha opinião, as crianças não sabiam o que queria dizer a palavra participação ou tinham uma ideia muito limitada.

2.ª Pergunta: “Açam que a participação é importante para vocês?”

Os elementos do grupo responderam que consideram muito importante, mas que nem sempre estão dispostos para participar. Disseram por exemplo que participar: “É importante” (GD1); “É importante, mas às vezes não me apetece” (GD3); “Sim, mas às vezes estamos com preguiça” (GD4).

3.ª Pergunta “Sabem dizer alguns exemplos de participação que ele tem usado”

Nesto ponto, tomaram como opção dar o exemplo mais recente que tinham mente e que agradava a todos que foi “a construção da piscina” (GD1). Ou seja, quando eles falavam na construção para a piscina referiam-se ao facto de limparem o espaço, montar a piscina, e colocar a água. A participação na construção da piscina equivaleu a ajudar em todo o processo de colocação da mesma.

4.ª Pergunta “Sentem que os técnicos vos ouvem quando pedem algo?”

Através das respostas obtidas verifiquei que não estavam muito à vontade, uma vez que estavam muito reticentes e pensativas antes de responder. As respostas foram negativas quando perguntava se eram ouvidos pelos técnicos.

Como por exemplo: “Hum” (GD1); “Depende” (GD2); “Às vezes” (GD3) e “Tem dias, como é que hei-me explicar. A uns que ouvem e outros que ouvem, mas não ouvem ao mesmo tempo. Fazem que estão a ouvir” (GD4), ou seja, às vezes até podem estar a ouvir, mas não estão a escutar efetivamente o que as crianças têm para dizer.

5.ª Pergunta “Já sentiram que não deviam dizer alguma coisa para não serem castigados?”

As respostas foram dadas de uma forma rápida e assertiva o está de acordo com a pergunta quatro em que mencionava que não eram ouvidos.

Neste ponto, verifiquei que eles sentiam que a situação era frequente uma vez que as respostas dadas foram: “Já” (Grupo de discussão- Todos); “Ei tantas vezes” (Grupo de discussão-P1); “Várias vezes” (Grupo de discussão-P2) e “Sim. Quando acontece aqui uma situação no centro e muitas vezes sei lá, às vezes elas não têm razão e nos queremos tentar dar as nossas razões só quem não dizemos porque sabemos o que o pode acontecer e então calamo-nos” (GD4).

6.ª Pergunta “São vocês que escolhem as tarefas diárias ou é um plano dos educadores?”

Após várias respostas fiquei um pouco reticente, pois no geral diziam que sim eram eles, mas ouve um elemento que se destacou em todo o grupo de discussão pela sua forma de intervenção em que achava que não eram eles, ou seja, as crianças que escolhiam, uma vez que acabavam por fazer com a colaboração dos monitores, isto é, “Não, nos fazemos com a colaboração de todos e dos monitores” (GD3).

Em síntese, após a análise das respostas das crianças no Grupo de Discussão, pode-se concluir o seguinte:

1. No que diz ao termo participação as crianças identificaram o conceito de um modo geral, mas associaram-no à parte escolar, isto é, a participação disciplinar
2. Pode-se concluir que é necessário ouvir mais as crianças, de modo a tentar ouvir as suas justificações, deixar que a criança se explique e evitar a tentação de tirar conclusões por ela.

Entre as dificuldades encontradas na realização do Grupo de Discussão, refira-se o cansaço que o grupo manifestava e as incompatibilidades existentes entre alguns dos seus elementos.

Pode-se concluir que, nesta casa de acolhimento, a participação existe, e associa-se fundamentalmente às decisões relativas às tarefas diárias, apesar das dificuldades evidenciadas pelas crianças em dar exemplos concretos do seu envolvimento no quotidiano da casa.

4. PLANO DE AÇÃO

Após ter realizado a análise de resultados as conclusões que obtidas para este projeto demonstram de forma muito clara que é preciso rapidamente começar com a formação há equipa educativa. Pois, verifiquei que irá trazer inúmeras vantagens quer para a própria equipa, quer para o bom funcionamento da instituição e para melhor relacionamento e desenvolvimento das crianças.

No entanto, existem outro problema emergente que se relaciona com o aumento da equipa educativa e da equipa técnica, na qual não pude orientar o projeto para o mesmo, uma vez que é preciso ter uma grande capacidade financeira o que não acontece nesta instituição.

Agora, proponho algumas atividades que a meu ver me parecem exequíveis e que não irá ficar dispendioso para a instituição. A meu ver também irá trazer grandes benefícios para a equipa educativa uma vez que a mesma vai poder aprender mais forma de estabelecer uma boa relação com as crianças e a chegar ao objetivo que a equipa técnica gostaria de realizar.

Desta forma, apresento de seguida uma tabela com um conjunto de atividades que eu proponho que visam melhorar a realidade desta instituição e dar resposta aos problemas que quer as crianças quer a equipa técnica e educativa pronunciaram. E a responder à questão de partida deste projeto “como é que se deve promover a participação das crianças/ jovens na tomada de decisão numa casa de acolhimento residencial”.

Quadro 1- Plano de ação

Atividade	Objetivo	Destinatários	Calendarização	Descrição e pertinência das atividades
"Aprender a participar"	Nesta atividade o objetivo é a equipe educativa ter formação relacionada com a participação de modo a saber estar, cuidar e educar dando uma participação ativa às crianças. Aprender o que quer dizer a participação pensando mais a nível de desenvolvimento pessoal e social.	Elementos da equipa educativa	São um conjunto de 10 sessões de 45 minutos A primeira sessão ocorre dia 6 de janeiro de 2020 e depois passa-se a realizar todas as semanas. Até dia 9 de março de 2020.	Estas sessões de formação têm como objetivo dinamizar o tema da participação e a sua pertinência.
"A minha voz"	Anualmente será promovido um encontro para promover a voz ativa das crianças.	Elementos da equipa técnica, equipa educativa e as crianças da instituição.	É realizado uma vez por mês começando a partir de dia 2 de dezembro.	Nesta atividade irá ocorrer um encontro, uma vez por mês na se junta todos os elementos da equipa e as crianças. O ponto fulcral é deixar que todas as crianças digam o que estão a sentir, o que gostaram, o que gostavam de fazer, o que gostavam de mudar e opiniões que ajudem para melhor a instituição.
"Nós queremos"	Dar o poder de decisões às crianças, mas de uma forma individual, para evitar constrangimentos como vergonha ou rivalidade entre o grupo	As crianças.	Uma vez por mês todas as crianças vão escrever e colocar na caixa.	Todas as crianças irão uma vez por mês escolher a refeição de um dia por mês. Desta forma, o papel será escrito de uma forma individual e colocado numa caixa. O motivo de ser individual reflete-se por as crianças terem vergonha e de não conseguir expressar a vontade dele em grande grupo e dar-lhe o poder decisão.

Fonte: Elaboração Própria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agostinho, K. (2015). A Educação Infantil com a Participação das Crianças: algumas reflexões. *Da Investigação às Práticas*, 6(1), 69-86.

Amado, J. (Org) (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Alvarado, L., & García, M. (2008). Características más Relevantes del Paradigma Socio-Crítico: Su Aplicación en Investigaciones de Educación en Investigaciones de Educación Ambiental y de Enseñanza de las Ciencias realizadas en el Doctorado de Educación del Instituto Pedagógico de Caracas. *Revista Universitária de Investigación*, 9(2), 187-202.

Barreto, A. (2002). *Tempo de Incerteza*, Lisboa: Relógio D'Água.

Bento, A. (2011). *As etapas do Processo de investigação. Do título às referências bibliográficas*. Funchal: Coleção ideias em Prática.

Bordenave, J. (1994). *O que é a participação*. São Paulo: Brasiliense.

Cabannes, Y. (2004). *72 Perguntas Frequentes Sobre Orçamento Participativo*. Quito: UN-Habitat

Carvalho, M., & Salgueiro (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Carvalho, M. e Salgueiro, A. (2018). *Pensar o acolhimento Residencial de Crianças e Jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cembranos, F., Montesinos, D., & Bustelo, M., (2001). *La Animación Sociocultural: Una Propuesta Metodológica* (8ª edición). Madrid: Editorial Popular.

- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2019). *Sistema de Proteção Português*. In <http://ns2.msss.pt/left.asp?12.02>. Consultado em 12-12 2018
- Cornaton, M. (1979). *Grupos e sociedade*. Lousã: Vega.
- Costa, A., Henriques, A., Palaio, C., Bento, C., Tomás, C., Velho, C., et al. (2014). *Direitos da Criança- Experiência de quatro instituições de acolhimento de jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coutinho, C. (2013). *Metodologias de Investigação Ciências sociais e Humanas: Teoria e Prática (2ª reimpressão)*. Coimbra: Almedina.
- Decreto de Lei nº-142/2015. Segunda alteração à lei de Proteção da Criança e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei nº147/99, de 1 setembro. Diário da República- Iª Serie- Nº175 de 8 de setembro de 2015, 7198-7232
- Decreto de Lei nº 147/99. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário da República- I Série- Nº204 de 1 de setembro de 1999, 6115-6132.
- Decreto de Lei nº 23/2017.Terceira alteração à lei de proteção de crianças e jovens em perigo aprovada pela lei nº147/99 de 1 de setembro, alargando o período de proteção até aos 25 anos. Diário da República- I Série- Nº99 de 23 de maio de 2017, 2494.
- Delgado, P. (2006). *Os Direitos das Crianças da Participação à Responsabilidade*. Porto: Profedições
- Ferreira, J. (2010). Sistema de Proteção à Infância em Portugal- Uma área de intervenção e estudo do serviço social. *Katál*, 13, (2),229-239.
- Gento, S. (1994). *Participación en la gestión educativa*. Madrid: Aula XXI/Santillana.
- Huges, L., & Owen, H. (2009). *Good Practice in Safeguarding Children – working effectively in child protection*. Londres: Jessica Kingsley Publishers

Instituição X. (2018). (s.a.) *Missão CAT*. S.I.

Instituição X. (2018). *Regulamento Interno de Acolhimento*. S.I.

Instituição X. (2014). *Manual de Boas Práticas*. S.I.

Júnior, E., Medeiros, S., & Augusta, C. (2017). Análise documental: uma metodologia da pesquisa para a ciência da informação. *Temática*. 07, 138-150.

Lima, L. (2016). *Conferências Nacionais de Juventude. Uma análise da participação Social e suas contribuições para a criação de políticas públicas*. Dissertação de Mestrado Publicada. Universidade Federal de Rio Grande do Norte: Universidade do Brasil.

Masson, J., McGovern, D., Pick, K., & Oakley, M. (2007). *Protecting Powers-Emergency intervention for children's protection*. England: John Willey & Sons, Ltd.

Nunes, M. (2010). *Autoconceito e Suporte Social em Adolescentes em Acolhimento Institucional*. Dissertação de Mestrado Publicada. Faculdade de Psicologia: Universidade de Lisboa.

Passos, C. (2011). Construção de Consenso e Participação Social: Um Caminho para a Cidadania Plena. *Revista Controle*. IX, (1), 155-169.

Pimentel, A. (2017). O método da Análise documental: o seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 179-195.

Piskur, B., Daniels, R., Jongmans, M., Ketelaar, M., Smeers, R., Norton, M., & Beurskens, A. (2014). Participation and social participation: are they distinct concepts?. *Clinical Rehabilitation*, 28, (3), 211-220.

Ribeiro, A., & Cabral, S. (2015). *Aqui nós participamos! A participação das crianças na educação de infância*. Atas do II encontro de Mestrados em Educação e Ensino da Escola Superior de Educação de Lisboa, 240-250. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.

Rios, M. (2014). A Importância da Participação das Crianças em Jardim de infância. Dissertação de Mestrado Publicada. Escola Superior de Tecnologia da Educação: Instituto Politécnico de Lisboa.

Rodrigues, S., Ducharne, M., & Valle, J. (2013). The quality of residential child care in Portugal and the example of its development in Spain. *Papeles del Psicólogo*, 34(1), 11-32.

Rodrigues, S., & Ducharne, M. (2017). *Residential Child and Youth Care in Portugal: Current Challenges and the Need for Quality Care Assessment*. Cape Town: The CYC-NET Press.

Sarmiento, M., Fernandes, N. e N., & Tomás, C. (2007). Políticas Públicas e Participação Infantil. *Educação, Sociedade e Culturas*, 25(1), 183-206.

Serrano, G. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais- Casos práticos*. Porto: Porto Editora.

Silva, A. (2016). *Habitar casas de acolhimento para crianças e jovens em Portugal*. Dissertação de Mestrado Publicada. Universidade de Arquitetura: Universidade de Coimbra.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Tomás, C., & Fernandes, N. (2013). Participação e Ação pedagógica: a Valorização Da(s) competência(s) e ação Social das Crianças. *Educativas*, 16, (2), 201-216. Wareen, J. (2007). *Service user and career participation in social work*. UK: Learning Matters Ltd.

APÊNDICES

A. Grupo Focal- Participação

Pretende-se auscultar a vossa opinião de forma clara, profunda e aberta. Desta forma agradeço a vossa colaboração sincera e ponderada.

Todas as vossas respostas vão ser tratadas de forma confidencial e o único propósito é a realização do meu estudo.

Sendo a participação um tema bastante importante, quero tentar perceber qual a vossa opinião sobre a mesma, vantagens sobre a sua utilização e os seus pontos fracos.

1. Alguém conhece a participação ou sabe o que quer dizer?
2. (Após explicar a participação) Acham que a participação é importante para vocês?
3. Sabem dizer alguns exemplos de participação que ele tem usado?
4. Aqui na instituição vocês dão a vossa opinião do que gostavam de fazer/querem, fazer?
5. Sentem que os técnicos vos ouvem quando pedem algo?
6. Já sentiram que não deviam dizer alguma coisa para não serem castigados?
7. São vocês que escolhem as tarefas diárias ou é um plano dos educadores?
8. Têm alguma opinião que queiram dar?

B. Guião de Entrevista à equipa Técnica e Educativa

OBJETIVO	PERGUNTA	O QUE PRETENDO SABER
Recolher a opinião dos membros da equipa técnica e educativa da instituição sobre os processos participativos Determinar a perceção que a equipa técnica e a equipa educativa têm sobre essa participação;	O que acha da participação? O que mudaria? -Na instituição onde trabalha, considera que a participação das crianças existe?	Perceber o que estes entendem acerca da participação e perceber se está é utilizada na sua prática profissional. Perceber qual a perceção que tem acerca da participação? considera ser uma boa técnica?
Identificar os processos de participação das crianças/ jovens na vida diária de uma casa Residencial;	Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição?	Perceber em que partes do dia é que estas acham que a crianças participa e retirar alguns exemplos do quotidiano.
Identificar contextos participativos das crianças na vida diária de uma casa de acolhimento	-Em que momentos do dia considera que a criança consegue participar na sua vida diária? -Onde considera na realidade diária que a criança participa?	Aqui o meu objetivo é tentar perceber se estes identificam alguns momentos do dia-a-dia da criança em que esta participa

Dar voz às crianças/jovens e identificar o seu ponto de vista sobre a qual deve ser o seu envolvimento nos processos participativos existentes	Procura dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho? Que métodos aplica para elas participarem?	Perceber se a equipa técnica e educativa tem noção se o grupo participa, se tem vontade para o fazer e se ele se sem têm à vontade para a realizar
Potenciar o fortalecimento das relações positivas e afetivas entre as crianças/ jovens e as equipas (técnica e educativa); Promover a participação das crianças/ jovens no quotidiano da instituição.	Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?	Perceber se acham que vale apenas utilizar a participação de maneira a que esta ira ajudar as crianças nas relações com os colegas e com a equipa técnica e educativa quer para a vida presente quer para a futura.
Procurar determinar as decisões que devem ser da competência das crianças/jovens	Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?	Definir que decisões importantes a criança/jovem podem tomar para o seu desenvolvimento pessoal e futuro

C.Transcrição do Grupo de Discussão

1- Alguém conhece a participação ou sabe o que quer dizer?

P1-É participar nas coisas.

P2- Nós conhecemos uma participação, mas é na escola.

P4-Oh é a participação disciplinar.

2- (Após explicar a participação). Aham que a participação é importante para vocês?

P1-É importante.

P2-É importante.

P3- É importante, mas às vezes também não me apetece.

P4- Sim, mas às vezes estamos com preguiça.

3- Sabem dizer alguns exemplos de participação que ele tem usado?

P1-Na piscina, participamos todos (a construir).

4- Sentem que os técnicos vos ouvem quando pedem algo?

P1- Hum.

P2- Depende.

P3- Às vezes.

P4- Tem dias, como é que ide explicar. A uns que ouvem e outros que ouvem, mas não ouvem ao mesmo tempo. Fazem que estão a ouvir.

5- Já sentiram que não deviam dizer alguma coisa para não serem castigados?

Todos- Já.

P1-Ei tantas vezes.

P2- Várias vezes.

P3- Sim como por exemplo, se eu disser tipo um palavrão, tipo que as pessoas que me aproximam deles se eu disser alguma coisa fico de castigo.

P4- Sim. Quando acontece aqui uma situação no centro e muitas vezes sei lá às vezes elas não têm razão e nós queremos tentar dar as nossas razões só que não dizemos porque sabemos o que pode acontecer e então calamo-nos.

6- São vocês que escolhem as tarefas diárias ou é um plano dos educadores?

Ambas- Sim

P3- Não, nos fazemos com a colaboração de todos e dos monitores.

7- Têm alguma opinião que queiram dar?

Ambas- Não

P1-Queremos o parque.

D. Transcrição de Entrevistas

- **Entrevista EE1**

Eu -O que acha da participação?

Não estou a entender a pergunta. Participar junto das crianças.

Eu - O que mudaria?

(Pensativa) Tem algumas regras prontas que a gente como é que eu hei-me explicar, às vezes a gente dá um castigo um castigo como por exemplo ficas sem telemóvel, mas eles depois vêm oh desculpa oh desculpa e a gente quebra e não havia de quebrar.

Eu -Na instituição onde trabalha, considera que a participação das crianças existe?

Algumas vezes participam outras não, como por exemplo fazer tarefas para eles é complicado é muitas vezes é complicado, mas lá com muito custo lá fazem.

Eu-Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição?

Por exemplo na parte do refeitório, quando é para por as mesas, “ah, mas eu pus ontem, hoje de manhã, mas tu não puseste”, mas tem uma lista tem uma escala onde tem cada miúdo.

Eu-E essa escala quem é que faz?

Eu acho que é a Doutora.

Eu-Onde considera na realidade diária que a criança participa?

Tem uns dias cada um, são dois a dois, põem as mesas os pratos os talheres são as tarefas deles. Mas quando esta um no basquete já se tem de trocar por

aquela ou o amigo está no basquete não pode por as mesas, mas já é muito complicado porque “já não é a minha vez”.

Procura dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho?

Sim sim, ouço muito.

Eu-Que métodos aplica para elas participarem?

Sim, pergunto muitas vezes, tem crianças que veem tristes ou estão assim recolhidas num canto eu vou e pergunto o que elas têm, o que é que foi, muitas é as saudades dos pais, de casa, não querem estar numa instituição, ninguém quer. E parece que lá fora tem um rótulo, a criança da instituição é complicada. Quando às vamos buscar as escolas muitas vezes eles referem-se as crianças como as crianças da instituição. Mas porque que elas dizem isso? É as crianças, ela tem nome. Quando elas não querem participar a gente impõe-se. Elas são mais altas, mas eu tenho que me impor.

Eu-Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?

Sim sim, sim.

Eu-Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?

Eu acho que também, porque eu estou aqui a pouco tempo também não posso responder. Ao que vejo acho que sim. Muitas vezes eu digo, e eles odeiam que digam não, não, não vais para a Wii eles não aceitam. Digo-lhe muitas vezes, ides muitas vezes ouvir um não pela vida fora.

- **Entrevista EE2**

Eu -O que acha da participação?

Sim.

Eu - O que mudaria?

Ora bem eu acho que nada, eles fazem tudo que lhes põem, eles fazem.

Eu -Na instituição onde trabalha, considera que a participação das crianças existe?

Existe.

Eu -Essas coisas que eles fazem são escolhidas por eles ou pelas funcionárias?

Há coisas escolhidas por eles, que eles querem fazer, por vontade deles. E também, as doutoras escolhem as tarefas.

Eu- Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição? Querem arrumar, ajudar arrumar, limpar vidros fazer isto e aquilo.

Eu- Procura dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho?

Deixo.

Eu- Que métodos aplica para elas participarem?

É assim às vezes faz isto e aquilo eles não querem fazer, mas se disser “vou-te dar isto” eles já querem fazer. Não partilho isso. Acho que não se deve fazer isso. Já que não querem e não têm vontade.

Eu- Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?

Sim sim, sim.

Eu- Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?

Sim, mas eles? Do desenvolvimento deles? Eles vão desenvolvendo assim lentamente. Conseguem desenvolver um pouco para o futuro.

Eu- Um pouco porquê?

Porque às vezes havia de se coisar mais.

Eu- Em que certos aspetos?

Puxar mais por eles, para eles um dia mais tarde serem mais.... Darem valor a vida. Eles saberem o que é a vida, principalmente os mais velhos. Por exemplo uma pessoa grande, uma pessoa diz podias-me vir ajudar e ela “não vou”, elas não têm vontade de ajudar. De restos, coitadinhos não vamos puxar muito por eles.

- **Entrevista EE3**

Eu -O que acha da participação?

Sim, se eles participam nas actividades.

Eu - O que mudaria?

Acho que não, muito radicalmente acho que não.

Eu -Na instituição onde trabalha, considera que a participação das crianças existe?

Sim bastante.

Eu -Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição?

Eles ajudam, pode ser coisas banais não pode? Eles ajudam a ir buscar o cesto da roupa, a separar a roupa deles, a pôr as mesas para eles, essas coisas diárias eles fazem.

Eu -Mas é de uma forma voluntária ou involuntária?

É estipulado, muitas vezes quando o menino vai a casa aos pais aí já é voluntário. Não se voluntariam tanto, mas lá fazem.

Eu -Mas foi estipulado por eles ou por outras pessoas?

É em conjunto com os doutores.

Eu -Procura dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho?

Nem sempre, (risos) são muitos e além de tomar conta deles temos de fazer o resto do trabalho à volta.

Eu- Que métodos aplica para elas participarem?

Chantagem? (risos) se for preciso, pegar numa coisa que eles gostam para conseguir que eles façam.

Eu -Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?

Penso que sim, para eles se preparem para o futuro, aqui é um mar de rosas têm roupa lavada e tudo fora daqui não. Se não quando saíssem daqui achavam que tinham tudo feito.

Eu-Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?

Exatamente.

Eu-Gostaria de mudar alguma coisa?

Aqui é difícil mudá-los, a base está lá as doutoras fazem um bom trabalho o problema é eles aderirem. Muitas vezes não aderem. Até por uma toalha na cama eles tenta escapar-se.

- **Entrevista EE4**

Eu -O que acha da participação?

Mas participação para quê? Para as actividades?

Eu -Sim.

Dos 7 aos 14. Há actividades específicas para cada um, quem faz o plano de actividades é as educadoras e nós depois temos que ajudar (pensar) são feitos muitos na sala de actividades por exemplo agora estão a fazer uma dança que engloba todos, para o dia dos avós. As actividades que têm datas específicas tipo natal, carnaval são feitas coisas sempre derivadas aos dias hummm. São feitas com eles e connosco. Por exemplo todo o centro é decorado no natal aproveitamos algumas e fazemos outras novas e quase sempre feitas pelas adultas, mas com a ajuda deles.

Eu - O que mudaria?

Mais participar que eles às vezes chateiam-se muito fácil e às vezes estamos nós lá a fazer e eles querem fugir sempre.

Eu -Na instituição onde trabalha, considera que a participação das crianças existe?

Sim sim, sim existe.

Eu-Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição?

Temos os trabalhos, temos tarefas de férias e temos de trabalhar o lúdico que é outra coisa. Por exemplo a participação de pôr a mesa e retirar. Cada um tem um dia e coisas específicas agora nas férias mesmo, vai uma para a lavandaria para ajudar na lavandaria, hummm vai para a cozinha os mais velhos que são os de 12,13,14 que vão fazendo, embora às vezes não façam, mas estão ali para aprender porque eles têm que apreender. O lúdico, eles fazem as decorações temos a feira do livro. Temos a feira de artesanato.

Eu-Todas estas tarefas são decididas por eles?
Não. São decididas pelas doutoras senão não querem fazer nada. É feita uma tabela e eles já sabem que têm que seguir a tabela.

Eu-E em relação ao projeto?

É feito pelas doutoras, equipa técnica e nós também senão eles não faziam nada. Mas é sempre assim. Há muitos que andam no futebol, karate, basquetebol, dança isto é o que eles querem.

Eu-Procure dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho?

A gente ouve, mas também temos que ter a nossa voz, senão ainda agora estavam lá na dança e uns queriam há frente e outros atrás e a doutora foi lá disse que era assim e pôs um ponto final. Mas temos sempre em atenção o que eles querem.

Eu-Que métodos aplica para elas participarem?

(risos) Uma voz dizer uma coisa eu estou mais nos bebés, mas nós aqui temos coisas específicas por exemplos: 2 ou 3 são responsáveis pelos aniversários o que quer dizer que têm que preparar tudo. Temos outras três que estão responsáveis pelos placares, principalmente quando não está a educadora somos nós que temos que ficar responsável pela decoração. Temos também pessoas para manter os brinquedos sempre limpos, temos outras que são responsáveis pela arrumação dos espaços, temos outras que são responsáveis por arrumar os armários.

Já não me lembra o que me perguntou?

Eu - É se existe algum método?

Às vezes o método é se não arrumas vai para lixo e ele vai logo arrumar. (risos) para muitas tem que ser assim, é conforme o dia, conforme as crianças. Porque há aquele género que diz não faço e não fazes dizemos amanhã tens que fazer isto e não vais fazer. É opção.

Ou eu não quero fazer trabalhos de casa há está bem, então quando acabares vais dormir e não há televisão. Se dizemos muitas vezes, tens que fazer eles não fazem mesmo.

Eu-Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?

Tem que participar isto é a casa deles. Têm que participar em tudo. Sim participar ajuda para eles e para nós. Eles participam, nestas atividades que eles participam por exemplo: as meninas que andam no basquete, ainda agora foram convidadas por um amigo para passar o dia na piscina e se não estivesse a participar lá não iam, porque os que não andam no basquete, não foram isto é só um exemplo

Eu-Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?

Sim, tem que ajudar senão o quê que cá estamos a fazer? Eles têm deveres para fazer e têm que saber fazer, os nossos de casa também fazem. Não é só saber dizer que quero. Eles sabem que têm que fazer porque temos meninas grandes, que em casa até podem ter tudo atulhado no armário e fazem isso aqui 3 ou 4 vezes e é de a gente chegar lá e colocar tudo para o chão e dizer tu vais dobrar e arrumar. Isto às grandinhas que às vezes dizemos “não tens camisolas? pois não olha para aí”.

Eu- Quem é que escolhe a roupa deles?

Os grandinhos são eles, os meus não embora às vezes eles não gostam. Quem faz das quatro à meia noite é que escolhe a roupa. Nos 3 aos 6 quem vai até aos 10 anos nós metemos-lhes a roupa ao dia seguinte chegamos aqui e não estão com a mesma roupa. A gente já os conhece e dizemos andas com isso e dizemos de certeza que não te deixaram isso. É capaz de por vermelho e amarelo. E dizemos, que não vão assim para a escola, “mas foi fulana pois, não foi não de certeza “e acabam por dizer.

- **Entrevista EE5**

Eu -O que acha da participação?

Não sei bem.

Eu- Quando me remeto, há participação deve-se ao facto de deixar que as crianças façam e escolham o que gostavam de fazer, participar na vida diária da instituição.

Há sei.

Eu - O que mudaria?

Se calhar dava-lhes mais responsabilidades.

Eu -Na instituição onde trabalha, considera que a participação das crianças existe?

Sim, eles participam mais o menos. Havia outras coisas que eles deveriam fazer para bem deles.

Eu -Como por exemplo?

Cuidar das roupas porque (pensativa) hummm elas não sabem o que é dobrar uma peça de roupa, não sabem o que é por a lavar uma peça de roupa. Não digo sozinhas, mas sim com a ajudar de alguém.

Eu -Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição?

As mais velhas fazem as camas delas, há um dia por semanas que são elas que mudam a cama. Sempre que fazem chichi na cama as mais velhas que mudam. Nós separamos um cesto de roupa há noite e são elas que guardam essa roupa, põem a mesa hum levantam a mesa.

Eu - As tarefas são escolhidas por elas?

Eu ainda não percebi muito bem, mas pelo aquilo que percebi, fazem uma espécie de reunião entre eles e depois escolhem as tarefas que querem executar. Sempre claro com alguém das doutoras lá.

Eu-E eles fazem de uma maneira voluntária?

Tem dias (risos). Quando estão bem-dispostos, até fazem ou quando não cumpriram outra tarefa até fazem. Há dias, que estão mais preguiçosos é como tudo.

Eu- Procura dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho?

Sim, eu gosto muito de os ouvir hummm principalmente quando vejo que eles estão chateados com alguma coisa. Tento sempre ver o lado deles, porquê que eles estão chateados. Porque nós aqui temos assim algum vício de deitar assim as culpas daquilo que acontece para os meninos e as culpadas como nós que não os ouvimos. E eu gosto de os ouvir e perceber aquilo que eles têm a dizer.

Eu-Que métodos aplica para elas participarem?

Sei lá, é um bocado difícil explicar isto por palavras hum, eu incentivo a fazer. Quando eu quero que eles arrumem os quartos eu tento explicar-lhe, que se vier alguém de fora que é um bocado mau, se vier cá pessoas e entrarem no quarto parece mal-estar o quarto desarrumado. E depois vão perceber que há uma cama mais arrumadinha que a outra e nós vamos dizer que é da B. E tentar que eles percebam, que têm que ter os quartos arrumados. Se fomos há casa de banho se o chão tiver molhado algum deles vai escorregar e vai partir a cabeça e depois vai haver um culpado. Quem deixou o chão do quarto molhado se calhar temos que cumprir aquela tarefa para ninguém se magoar é um bocado por aí. É o explicar o porquê de fazer as coisas.

Eu -Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?

Isso é um bocado o saber ser e o saber fazer, não é? Porque se eles souberem fazer aqui que é a casa deles e se forem a casa de um amigo já vão saber fazer, ou se no futuro forem para outra instituição ou para outra casa já vão com bases daqui. Porque eu sei lavar a loiça, porque lá me ensinaram. Ou vou estender a roupa porque lá me ensinaram. E se eu aqui, não vou chamar nomes aos meus amigos ou bater aos meus amigos lá fora também não. Vou perceber que tenho que fazer amigos ter amigos. É um bocado por aí.

Eu -Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?

Eu acho que a participação deles, vem sempre ajudar em tudo. Eu tenho XX anos e vão aprendendo. Porque lá fora quando trabalhava noutra instituição eu manda-vos fazer e eles faziam e aqui é diferente há tantos meninos tão diferentes, uns dos outros e com tantos problemas, um deles pior que o outro que a relação aqui com eles tem que ser diferente percebes?

E eu tenho que saber fazer para cada um deles e tenho que tentar perceber de alguma forma. Tenho que tentar moldar um bocado, o eu deles como por exemplo: se eu lhe disser não faças isso e ele for para a escola e não fizer quer dizer que já conseguir moldar um bocadinho. E vejo muitas diferentes de janeiro até agora. E acho não fazemos mais, porque não temos tempo que e tivéssemos só com eles e não tivéssemos que fazer outra coisas era melhor.

- **Entrevista EE6**

Eu -O que acha da participação?

Participação. É quando nós participamos em algo.

Eu - O que mudaria?

Hum. Mudaria é assim, está a falar na participação das crianças ou dos adultos para com a as crianças?

Eu - Pode dizer nas duas.

Em relação aos adultos, há participação na algumas hum (dificuldade a expressar) em algumas colegas digamos assim, noutras zeros prontos. Haaaaaa em relação as crianças nós fazemos tudo por elas, portanto elas estão em primeiro lugar. O que eu mudaria aqui, não sei se tem haver com a participação é que temos falta de pessoal. Precisávamos de mais pessoal para dar mais atenção às crianças. Porque nós fazemos muitas coisas e então elas querem a nossa participação e muitas vezes não conseguimos dar. Não conseguimos participar da mesma maneira.

Eu -Na instituição onde trabalha, considera que a participação das crianças existe?

Sim Sim Sim.

Eu- Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição? (PENSATIVA) hum. Sim, eles participam nas atividades.

Eu -Em que tipo de atividades?

Pronto, se for em questão de ajuda podem estar lá a ajudar a tomar conta dos meninos podem estar lá sempre a brincar com connosco. Com a nossa supervisão. Haaaaa não podem dar as refeições aos miúdos a não ser mesmo os mais velhos.

Não podem pegar nos bebés. Não podem fazer nada, nem dar banhos. A única coisa que eles possam fazer em relação aos bebés é brincar com eles. Que isso para nós já é uma grande ajuda. Porque já podemos, há vontade estar a fazer outras coisas. Porque nós estamos a fazer sempre outras coisas. Mas eles

não querem muito fazer isto a não ser por livre e espontânea vontade. A maior parte das crianças não quer fazer isso.

Eu -Onde considera na realidade diária que a criança participa?

Põem as mesas, agora até vão há vez para a cozinha para a limpeza. E é alternado digamos assim.

Eu-E eles gostas?

Neste caso sim, porque eles estiveram a formar o mapa. Ajudar na formação do mapa foi de livre vontade que eles foram para determinados sítios.

Eu- Procura dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho?

Haaaaa não temos muito tempo para isso, temos muito pouco tempo. E eles precisam disso. Mesmo quando estou nos 7-14. A auxiliar que está nos 7-14 tem que auxiliar os bebés e assim, se forem em horários escolares porque se for isto. Isto porque isto é muito diferente. Muda o dia-a-dia, muda nas férias, muda na altura escolar altera muito.

E isso dá pouco tempo para as crianças, porque estamos sobre grupos e nós temos um horário para cada grupo e há grupos que não conseguem, hum chegar aquela etapa do horário e têm que ficar para o resto do tempo e às vezes atrasa muito, não é? E a noite já temos ainda mais grupos, do que os que devíamos ter para terminar. E não temos muito tempo para os ouvir. Às vezes há noite, mas tarde é que consigo estar a falar com as minhas meninas às vezes quando elas estão mais tristes. É muito difícil porque, nós só devíamos estar a tomar conta das crianças. Não sei se sabe, mas inicialmente nós não tínhamos que pôr a roupa a lavar no fim de semana, não tínhamos que guardar roupa dos meninos. A senhora da lavandaria é que passava com um carinho com as roupas durante o dia e punha a roupa nos armários dos meninos. E agora, já temos que fazer isso. Mas isto também só durou 2 anos penso eu.

Eu-Que métodos aplica para elas participarem?

Quando eles não querem, participar isso é um problema horrível e não participam mesmo. O que eles são obrigados a fazer é a cama diária, o mudar os lençóis. Agora nas férias eles colaboram, mas nós normalmente fazemos as camas todas exceto nos 7-14 que são eles antes de ir para a escola.

Haaaaa de resto, se for para colaborar em alguma coisa. (pensativa) Ainda há pouco, pedi há uma para me ajudar a dar as sopas aos bebês, uma das mais velhas que só elas é que podem e ela disse que “não, não, não” e eu disse “custava-te alguma coisa?” e ela disse “não sou obrigada a isso” e agora essa mesma agora anda sempre atrás de mim para me ajudar a dar os leites há noite que também são muitos. Ela já quer, ela gosta de fazer isso. Em relação aos placares há alguns que não ajudam mesmo. Agora para festa eles ajudam em tudo.

Eu-Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?

Sim temos. Porque dá mais tempo, para conversar com eles. Por exemplo: se estamos nos bebês e eles estiverem a ajudar-nos nós podemos estar com elas mais tempo e conversar. E temos uma boa ligação e isso é bom!

Eu- Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?

Alguns têm, outros não.

Eu- Mas a participação vem ajudar?

Sim ajuda. Esses que estão mais mais mais “atrasados” entre aspas claro porque são normais. Também foram incluídos nas tarefas de verão das férias. Para eles, porque eu disse que lhes ia fazer bem porque há partida eles não iriam ser metidos. Eu disse que fazia bem, mesmo que eles fizessem mal e depois ajudávamos. Para ajudar no seu desenvolvimento. E foram metidos em várias atividades menos na cozinha óbvio.

Eu--E está a resultar?

Hummm mais o menos, mas acho que sim.

- **Entrevista EE7**

Eu -O que acha da participação?

Sei.

Eu - O que mudaria?

Eu acho que alguma coisa, tinha de mudar.

Eu -Em relação a quê?

Eles tinham de ser mais humildes nós prestamos atenção, mas eles às vezes não querem.

Eu -Na instituição onde trabalha, considera que a participação das crianças existe?

Alguns gostam de participar outros não. Eles às vezes não querem é verdade. Crianças é mesmo assim.

Eu- Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição?

Eles brincam não é, a gente às vezes está com eles a brincar, fala com eles ensina até na cozinha e tudo, e daqui por um bocado já não querem saber de nada.

Eu -Onde considera na realidade diária que a criança participa?

Lavar a loiça, guardar a loiça, arrumar a máquina.

Eu- Procura dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho?

Deixamos, às vezes eu ouço e eles falam e deixo-os falar. E digo “ah não sei se é assim”.

Eu- Que métodos aplica para elas participarem?

Vocês têm que ir se não, não vos dou nada. “aí é então nós vamos” e eles perguntam “então a minha coisa?” e pronto e damos, no outro dia já temos uma dúzia de miúdos.

Eu-Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?

Sim, porque para eles até é bom, estão mais ocupados, já não tem vontade de fazer asneiras, e acho que eles ficam mais concentrados. E se eles não participassem nas tarefas todos os dias fazem asneiras forte e feio.

Eu- Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?

Ai é, é muito diferente, com nós então senão andavam sempre a batatada (risos). Portam-se bem, às vezes tão a falar mais alto e eu “como é? tou com dor de cabeça” e eles “está bem desculpa”. O facto de eles ajudarem na cozinha vai fazer com que eles mais tarde saibam algumas coisas.

- **Entrevista ET8**

Eu -O que acha da participação?

É assim dependendo da idade e da maturidade, acho que é fundamental para se definir nomeadamente as atividades, hum em que eles gostam de participar, a questão dos projetos de vida porque isto é a casa deles e em função disto eles têm que ter a opinião deles e um papel aqui na casa. E em função da maturidade e é éééééé trabalhado com eles.

Eu - O que mudaria?

(pensativa) Não sei. Não sei se mudaria, porque nós geralmente hum eu acho que se calhar não mudaria, na forma de participação, mas na forma como eles são ouvidos pronto porque às vezes isso pode condicionar ser em grande

grupo pode condicionar a participação nomeadamente quando nós definimos as atividades que eles têm extracurriculares hum, porque alguns andam na dança outros no basquete outra aqui e ali. E nós geralmente, juntamos em grande grupo e eles vão dizendo aquilo que querem. Se calhar pode não ser a melhor forma ser em grande grupo, mas nós também aí temos mais dificuldade porque também dependendo das características de cada um, não é?

Eu -Sim porque são muitos meninos.

E nós geralmente fazemos isso, em grande grupo e nós ouvimos as atividades que eles gostavam de ter e depois falamos com eles sobre a responsabilidade de participar hum. De não iniciarem e quererem desistir logo pronto sobre essas questões, mas isso falamos individualmente. Mas sobre a definição, mesmo agora no período de férias no que eles gostavam de fazer fazemos isso sempre em grande grupo das idades claro. Não pomos um miúdo de 3 anos com um de 16

Eu -Qual é as idades que acolhem?

Nós acolhemos dos 0 meses aos 14 anos podem ter crianças mais velhas desde que têm idades daquela faixa etária.

Eu -Que faixas etárias é que juntam por exemplo?

Dos 0 aos 3, 3 aos 6 e dos 7 aos 14. E quando tem irmãos geralmente e se a ligação for muito forte, tentamos que eles fiquem sempre juntos, às vezes não respeitando a questão das idades, respeitando a questão do sexo, porque no mesmo quarto não pomos meninas e meninos, mas por exemplo se fores três irmãs uma com 12 outra com 4 ou 5 temos que fiquem todas no mesmo quarto se isto for benéfico para elas.

Eu -Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição?

Na definição de atividade extracurriculares, hum nas definições de atividades de férias, na definição do seu projeto de vida, o quê que eles gostariam que lhes acontecesse isto são alguns exemplos. Que eles no dia-a-dia fazem.

Eu -Procura dar voz ativa às crianças no seu cotidiano de trabalho?

Às vezes não consigo, pelo o acumular de tarefas, tento sempre ter momentos para os ouvir e eles procuram muito estão sempre a bater há porta, a perguntar se me podem falar comigo a sós e às vezes a conversa não é assim tão, tão (risos) eles procuram muito principalmente, de carência afetiva que procuram muito depois estão mais tristes ou assim. Mesmo os adultos têm essa preocupação quando vêm um miúdo mais triste perguntam se passasse alguma coisa depois podemos falar, um bocado se quiseres. Há sempre estes momentos pode não ser na hora.

Eu -Que métodos aplica para elas participarem?

É assim se há algum instrumento. Não. É mesmo na questão da disponibilidade para estar com eles e de os ouvir. E acho que isso já faz parte de nós da nossa filosofia de trabalho. Não há regra específica de ouvirmos e estarmos horas de ouvir sempre que eles solicitam se não for na hora até dizemos fica aí sentadinho que eu já te chamo, hum chamamos e ouvimos o que eles têm a dizer.

Quando nós temos que responder ao projeto de vida, ainda agora recebi um pedido do tribunal de uma menina que eu tenho que me pronunciar acerca do projeto de vida dele, então vou lhe perguntar vou estar com ela vou perguntar o que ela quer, o quê eu ela acha melhor, como é que ela gostava que acontece e quando nós muitas vezes dizemos ao tribunal que achávamos que a criança devia ser ouvida e se elas nos dizem que gostavam de ir ao juiz nós escrevemos isso no relatório.

Eu -E eles ouvem?

Às vezes ouvem, outras vezes (cara triste) e às vezes a sensibilidade para ouvir é muito relativa uma audição de uma criança às vezes a linguagem que eles utilizam para ouvir uma criança não é a mais adequada, depois eles não conseguem perceber e às vezes nós temos, eu estar ali a traduzir o que eles querem dizer. Eles a partir dos 12 anos são obrigados a ouvir por lei, mas antes também pode acontecer nós temos aqui duas crianças que querem falar com o juiz, nós sabemos o que ela quer e pusemos isso no relatório, mas ela diz que quer ser ela a dizer isso ao juiz e escrevemos isso no relatório, se ela vai ser ouvida ou não. Não sabemos.

Eu -Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?

Sim sim, sim. Elas têm que perceber, hum aquilo que elas pensam e que têm o direito de ser ouvidas e perceber e serem uns elementos participativos e ativos em todo este processo e não são coisas impostas aquilo que nós tentamos fazer é que ou elas perceber que ao serem ouvidas que nós lhe estamos a valorizar, o seu papel e a valorizar aquilo que elas dizem, e aquilo que elas representam neste processo todo não coisas, mas sim crianças que devem ser ouvidas esclarecidas e informadas daquilo que se está a passar na vida delas para também ajudar a integrar a história de vida delas, porque uma criança vem para cá e não se explica o porquê que ela vem para cá.

Eu -Todas elas sabem?

Todas elas sabem. Explicado da melhor ou da pior, mas todas elas sabem. E nunca dar uma imagem negativa da família ou porque os pais não conseguem cuidar dela ou porque os pais estavam sempre zangados um com o outro e depois batiam muito e os meninos não podem estar a ver isso porque lhe faz mal. Dependo muito do que é a história de vida de cada um, ou porque o padrasto teve um comportamento que não adequado contigo e a culpa não é tua. Porque se ele tinha comportamentos de caris sexual, não vamos dizer há

criança que a culpa é dela. E nunca será. E explicar-lhe isto tudo, porque às vezes eles veem com ela ideia porque dizem que “estou aqui porque me portei mal” e nós “Não estás aqui porque os adultos com que estavas não conseguiram tomar conta de ti”.

Eu -Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?

Sim, sim, sim, sem dúvida nenhuma para ela ter consciência das decisões, que tomam e isso ajuda a crescer e ela vai ter toda a vida que vai ter que fazer decisões boas ou más porque temos que ter consciência das decisões que tomamos e das consequências que têm para a nossa vida. E quando uma criança diz que não quer ser adotada tem que ter consciência de que não querer se adotada tem que saber o quê que isso implica.

Eu -E acha que elas têm?

Algumas sim. As mais velhinhas temos aqui uma quer crescer numa instituição e nós falamos todas as consequências e que no nosso entendimento era negativo crescer numa instituição, mas ela disse “eu quero continuar a crescer numa instituição e não quero ser adotada”. E houve uma tentativa e ela não correu bem porque ela não quer adotada.

Eu -Mas porquê?

Nós achamos que é o medo que ela tem de sair daqui, porque este é o porto seguro dela e se sair daqui e as coisas não correr bem e se ela não se consegue adaptar vai para outro sítio. Mas pusemos a hipótese de não ir para outro sítio, mas ela diz que não quer se adotada também a lealdade com a família biológica de a mais ter crescido xx anos numa instituição que se pode identificar com a mãe.

- **Entrevista EE9**

Eu -O que acha da participação?

Sim é a participação, é ajudar, interagir.

Eu - O que mudaria?

Aí sim, gostava que eles participassem em mais algumas coisas. Ajudar em algumas tarefas até na lavandaria ou na parte da limpeza, eles estarem mais ocupados um bocadinho, isto no tempo que eles não têm escola.

Eu -Na instituição onde trabalha, considera que a participação das crianças existe?

Existem existem.

Eu- Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição?

É assim, que elas participam? Elas participam, é assim elas são um bocado forçadas, porque sendo de livre vontade elas não ajudam só que claro a doutora põe aquelas tarefas e tal e elas aí vão e ui.

Eu -Acha então que as tarefas são impostas?

Sim. Eles não querem nada, e é claro a doutora põe e elas tem de ter, não digo os pequenos, mas aqueles mais cresciditos tem de ter... vão e ajudam, mas sempre é sempre um bocado forçado.

Eu -Onde considera na realidade diária que a criança participa?

(Pensativa) Nós divertimentos para eles. Eu digo, aquilo que eu vejo, que eu não estou muito com as crianças.

Eu-Procura dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho?

Eu acho que sim, mas lá está como eu lhe digo, eu não estou muito a par disso. Quando elas estão mais tristes damos mais um bocado de mimo.

Eu- Que métodos aplica para elas participarem?

Deixá-las fazer o que elas quiserem, atão elas tão ali. Quer dobrar mais dobre meias. Se vê que algumas peças lhes agradam põe, tão ali se deixar fazer o que elas querem.

Eu-Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?

(Pensativa) A meu ver deve ser igual.

Eu- Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?

Eu acho que sim. Eu acho que sim. Isto é bom para elas. Elas ao participar vai ser bom para o futuro delas e acho correto, estas mais crescidas terem mais cuidado, sobre a roupa delas e aquelas coisitas delas.

- **Entrevista EE10**

Eu-O que acha da participação?

Se elas tiverem em risco acho que sim, não é? Senão para onde é que elas iriam.

Eu -Na instituição onde trabalha, considera que a participação das crianças existe?

Com certos empregados sim.

Eu- Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição?

Exemplos como assim?

Eu -Como a escolha das actividades, rotinas... Se querem fazer a cama por exemplo.

Sim elas fazem as camas por exemplo chega à quarta-feira os meninos 7-14 são eles que fazem, mudam as camas porque fazem todos os dias, mas à quarta e para mudar os lençóis, a quinta é dos outros 3-6 fazem gostam e também vão a praia.

Eu -E é decidido por eles?

Quando vim para aqui já faziam.

Eu-Procura dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho?

Sim, o que elas querem fazer, se querem ir ao cinema, uma vez por ano ou duas, jogar a Wii aquelas coisas.

Eu- Que métodos aplica para elas participarem?

Eu é mais na limpeza e quando eles andam na escola vou levá-los à escola de manhã e quando tenho de ir buscar vou com a motorista buscar...

Eu- Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?

Eu acho que elas conseguem, porque quando elas vão embora a gente vê nelas que elas que gostam, claro que gostavam mais, de estar com os pais. E acho que elas chegam, aquela idade, não é, chegam aos 18,20 depende tanto que têm de ir viver sozinhos ou para casa de famílias se não forem acolhidas ou adotadas não é.

Eu-Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?

Sim também depende de cada criança não é de cada pensar a gente também tenta ensinar, há umas que quer outras que não, e como em nossa casa os nossos filhos, se for para limpar já torcem o nariz se for para ir aqui e acolá já querem.

- **Entrevista ET11**

Eu -O que acha da participação?

A participação? Como assim?

Eu -Eu vou avançar para ser mais fácil perceber.

Eu -Na instituição onde trabalha, considera que a participação das crianças existe?

Sim, nas tarefas, nas actividades nas rotinas do dia-a-dia.

Eu -O que mudaria?

A nível da participação? Acho que não mudava nada.

Eu -Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição?

Elas participam tanto às vezes na definição de actividades, o que eles gostam de fazer, o que podemos fazer com eles, por exemplo: agora estamos no período de férias hummm, eles normalmente por exemplo, vamos ao cinema são eles que escolhem o filme, são eles que dizem onde querem ir almoçar, normalmente também escolhem que actividades querem fazer nas férias e nós tentamos proporcionar-lhes essas actividades, ah, relativamente às tarefas eles também participam nas tarefas do dia-a-dia no sentido de às vezes ajudam a pôr a mesa ajudam a levantar às vezes ajudam na lavandaria, em pequenos períodos eles participam nessas tarefas e é uma coisa que eles gostam e até que sentem que participam que estão incluídos.

Eu -No que diz respeito ao exemplo das visitas, eles têm autonomia ou têm capacidade de dizer o tempo que querem estar?

Nas visitas com os pais?

Eu -Sim

Ahhh, sim só que normalmente as visitas são mais, ou seja, são mais estipuladas com os pais, porque são pais que trabalham, depende da disponibilidade dos pais, e depois também depende se é de tempo escolar ou não, porque se for em tempo escolar tem de ser marcado depois das aulas, se for em tempo de férias nós conseguimos ajustar as visitas.

Às vezes eles não querem as visitas e eles quando dizem que não querem as visitas não tem as visitas, quando querem sair das visitas saem, vem ter connosco. Muitas das vezes tem haver com a logística, com o tempo dos pais e não tanto com eles, muitas vezes também a disponibilidade que os pais dedicam a vir visitá-los, mas se às vezes os pais não poderem um dia ou outro eles até dizem assim, este fim de semana tenho torneio de basquete e pedem para ligar para aos pais se podem marcar para outro dia a visita. Os mais velhos conseguem ter essa autonomia e temos aqui meninos que muitas vezes não querem ter as visitas. E nós respeitamos.

Eu -As crianças reclamavam muito acerca das visitas.

Muitas das vezes eles também utilizam isso para desculpabilizar, o facto de os pais não virem, porque em vez de enfrentarem a realidade, ou seja, os meus pais não me vêm ver justificam muitas vezes, com as justificações que os pais lhes dão, o centro não deixa ou as doutoras não deixam ou não sei quê. Mas isso não é verdade, mas muitas vezes nós deixamos passar, dizemos que não somos nós que não queremos e custa-lhes enfrentar a realidade.

Eu- Onde considera na realidade diária que a criança participa?

Fazer a cama deles, arrumar o quarto deles, as mais velhas não têm o mesmo, foram elas que estipularam entre elas arrumar o quarto limpar.

Eu- Procura dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho?

Sim.

Eu- Que métodos aplica para elas participarem?

Temos sempre a porta aberta, ou eles entram espontaneamente ou muitas das vezes também acabamos por reunir com eles. Eles estão muitas vezes no gabinete à nossa beira e quando tem a dizer ou reivindicar... eles entram quando tem de entrar e pedem aquilo que tiverem que reclamar. Apesar de eu também era uma das coisas que tenciono fazer que era um livro de reclamações com eles (risos) eles ainda não sabem, mas é o que eu tenciono fazer. Por exemplo: eles agora estão de férias, à quinta-feira eu reúno com os mais velhos sempre e também falamos o que está bem o que está mal e a sexta com os mais pequenos também, acaba por ser aí um bocadinho o espaço que eles podem utilizar.

Eu- Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?

Claro que sim, sim é muito importante nós, ouvi-los, eles precisam ser ouvidos. Eles fazem parte.

Eu- Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?

Sim, porque eles acabam por aqui desenvolver alguma autonomia alguma participação e eles acharem “eu sou uma voz ativa da minha vida e daquilo que quero fazer, por isso eu também tenho direito a dar a minha opinião tenho direito a dizer aquilo que eu acho, aquilo quero e aquilo que eu não quero”, claro que sim, isso é importante para o desenvolvimento pessoal deles, depois conseguem perceber, já estou a falar aqui dos adolescentes mesmo depois escolher o caminho escolar... já falando dos maiorzinhos não e eles depois conseguem perceber, eu gostava antes de ir para aqui de fazer isto aquilo... sim para eles perceberem, que eles é que fazem parte e são eles que vão escolher o caminho deles, nós estamos aqui para orientar. Eles é que sabem o que vão querer.

- **Entrevista ET12**

Eu-O que acha da participação?

Dos meninos? Ah pronto, eu acho que eles tem uma participação ativa, no CAT, considero que todas as actividades que são feitas, tudo aqui que nós planeamos é sempre com base na participação deles e daquilo que eles tencionam fazer ou desejam ou querem isto, porque hummm há muitas actividades que são definidas para o desenvolvimento de determinadas áreas e acredito que eles tem sempre uma participação ativa, mesmo grupo terapêuticos e grupos de intervenção que não tenham só necessariamente haver com psicologia eles tem um papel ativo, evidentemente que eles têm de participar mesmo não querendo fazer algumas vezes fazer essas sessões eles fazem, mas é sempre com objetivo de promover uma melhoria.

Eu -Participam as vezes voluntariamente outras involuntariamente?

Mesmo nas actividades que são definidas em termos das educadoras de infância, fazem um plano de actividades mensal e eles tem sempre e uma participação nessas actividades, é mesmo para que haja rotinas e haja promoção de outras aquisições desenvolvimento acho que são importantes.

Eu - O que mudaria?

Sim, inicialmente quando eu entrei, pensei numa perspectiva mais de não desenvolver tanto porque eles acham que já tem um envolvimento significativo, até acho que às vezes tem envolvimento a mais, porque isso também despoleta aqui outros comportamentos tipo “não faco” “não quero”, cria um à vontade. E preciso atingir um ponto de equilibrio, mas acho que eles realmente numa perspectiva de mudança talvez, envolver mais nós técnicos, não só numa perspectiva de trabalhar a nível só da psicologia a nível de sessões terapêuticas, mas também numa perspectiva de estar com eles fazer outras actividades, a Dr. X é que faz mais esse trabalho aqui, mas eu é mais numa

perspetiva terapêutica, porque não sei se sabes o acolhimento residencial é normal não conseguirmos estabelecer aquela relação que deve ser feita porque estamos permanentemente com eles, e aquela relação que deve ser estabelecida entre terapeuta e criança não ser muito bem conseguida, em termos de participação não considero que haja grande coisa a mudar, só essa questão de nos envolvermos em actividades menos lúdicas e mais terapêuticas.

Eu -Nas actividades vocês estão envolvidos ou são só eles?

Nós estamos, podemos estar, por exemplo agora estamos a planear a horta. Cada menino vai escolher uma planta para representar uma auxiliar, não sei se sabes, mas aqui existem as madrinhas. E essa relação é muito positiva para eles, torna-se uma figura de referência que eles conseguem, ter dentro da instituição, é alguém que têm preferência por eles, e é importante esta relação de segurança. Em termos de participação acho que eles têm, uma participação ativa às vezes acho que deviam ter mais um bocadinho de tarefas, para obrigá-los a criar um bocado de autonomia.

Eu -Que exemplos de participação pode nomear no dia a dia da instituição?

Em termos de rotina, por exemplo colocar a mesa, facultar o tomar banho. Em termos de actividades mais lúdicas, e quando eu falo em lúdicas, eles têm um plano mensal, na qual eu não estou dentro, eles costumam estar sempre na sala de actividades com a educadora de infância a fazer essas actividades, por exemplo: agora vai ser o dia dos avós e eles vão a fazer os placards, e as prendas para os avós são tudo eles que participam.

Eu -Essas actividades foram eles que decidiram fazer ou estava estipulado?

Nós fazemos sempre, e eles gostam e nós acabamos por fazer, o teatro por exemplo eles fazem uma dança, que eles definem, assim já é definido a dança, mas eles participam ativamente.

Obviamente, que a partir dos 18 anos é que consideram a opinião e o que aquilo que tencionam fazer para o projeto de vida para os adolescentes, mas a

partir dos 18 anos eles já tem em consideração a vontade e a motivação. O que interfere com esta participação, é o facto de serem muitos meninos e depois não conseguirmos responder a todos.

Concordo que a participação pode ser uma forma de potenciar mais relações positivas, mais estabelecimentos de relações afetivas com os pares e os adultos, mas também é importante ter em consideração que estes meninos já estão condicionados até pela história vinculativa, que tem às figuras de referência.

Eu- Procura dar voz ativa às crianças no seu quotidiano de trabalho?

A todas as actividades, sessões, o início de sessão terapêutica ou de qualquer tipo de plano de intervenção, pergunto sempre qual o tipo de actividades que eles gostam de fazer, os adolescentes que eles querem fazer, precisamente para eu saber que áreas que eles querem fazer que tipo de áreas gostam de trabalhar, há meninos que gostam mais de motora, outros que gostam mais de actividades com parte mais recreativa, de pintar, construir coisas. Eu tento ir mais por aqui, outros gostam mais de histórias. Eu tento sempre agradar a todos.

Eu como sei que são diferentes, estipular diferentes actividades que tem diferentes áreas, não esquecendo que são um grupo.

Eu- Que métodos aplica para elas participarem?

Muitas vezes, não querem participar em coisas, porque estão chateados, acordam para os pés para o lado, é normal. Eu tento sempre promover, fazê-los ver coisas que eles gostem, o que eles têm a conseguir com a atividade, e fazer com que eles venham, ou faço um género de negociação de “ok, vamos fazer isto agora, e depois aquilo que tu queres”.

Eu -Consideras que os outros técnicos/auxiliares tem capacidade a nível da participação? Que percebem a temática? O que é a participação?

Eu acho que há aqui muitas auxiliares que são muito sensíveis, a determinadas questões destes meninos, e eu acredito que há muitas que sabem o que é e estão sensibilizadas a este sentido. A Dr. X faz um trabalho neste sentido, para a participação dos meninos. No entanto, não deixo de dizer que há certas pessoas que não tem essa sensibilidade, preferem ser elas a fazer em detrimento dos meninos porque acham, que é mais fácil e mais rápido e assim concluisse a tarefa.

Eu -Todos os desenhos são feitos por eles?

Alguns sim, são feitos por eles, outros em conjunto com eles, eles têm sempre um papel no desenho, não sei se têm sempre tudo porque são actividades que eles fazem com as educadoras. Nas actividades que fazemos eles têm ido ao cinema, quando fazem anos, podem decidir o que podem comer ao almoço e jantar o que querem fazer naquele dia. Não só no seu dia de anos, eles têm várias actividades, o que podia ser mudado era eles terem aqui algum papel aqui nas actividades, porque quem define as actividades são as educadoras de infância se calhar seria positivo. Apesar que elas têm sempre em consideração algumas coisas, que eles gostam porque já os conhecem e algumas coisas que fazem, mas claro o que poderia ser mudado era eles participarem mais na definição no plano de actividades, porque eles ao fim semana tem muitas actividades que fazem, uma ida ao exterior que também é importante para eles saírem um bocado deste ambiente. O sábado é a ida ao exterior, ver filmes, contar a história à noite, pronto há sempre assim um plano de actividades, que é feito para eles, claro está que se eles tivessem um envolvimento mais ativo.

Eu- -Quem decide estas tarefas?

A educadora de infância é que decide, quem faz as tarefas do dia do dia, quem faz a cama, quem levanta a mesa, etc.

Eu- -Considera que através da participação conseguem fazer com as crianças/jovens consigam estabelecer melhores relações afetivas?

Sim, acho que sim, concordo, mas também acho importante que exista aquele equilíbrio. Esta participação, depende do tipo de participação que falamos, mas a participação ativa é fundamental, porque eles próprios sentem-se mais motivados e envolvidos para participar nas coisas, nas actividades propostas e tudo aquilo que definimos, mas ao mesmo tempo temos de saber calibrar aqui um bocado o tipo de participação que estamos a falar.

Eu- Quais decisões que a criança/jovem deve tomar que realmente lhes compete para um melhor desenvolvimento pessoal?

Acho que a participação deveria interferir mais positivamente, porque acho que às vezes não é bem conseguida, porque a atividade não foi conseguida porque naquele momento, outros fatores/variáveis interferiram com os resultados que podíamos obter em termos de participação, mas sim acho que a participação é mais uma benefício para tudo e para o desenvolvimento deles, e a promoção de autonomia e deles próprios conseguiram aqui outras estratégias para lidar depois com as dificuldades emocionais e de vida.

Por si só, não acho que seja suficiente só a participação.